

Quem disse ?

«Enquanto houver um desempregado em Portugal, nenhum socialista pode ter a consciência tranquila»

António Guterres
Comício em Torres Vedras
18 de Setembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1034 23 SETEMBRO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Primeiro comício em Castelo Branco

Marcha para a vitória!

O coordenador da Comissão Permanente do PS, António José Seguro, apresentou segunda-feira o plano de campanha do Partido para as eleições legislativas de 10 de Outubro. O arranque será dado já amanhã, com um comício em Castelo Branco, pelas 21,30 horas, distrito pelo qual António Guterres é cabeça-de-lista.

Sábado, a caravana do PS desloca-se para o Largo da Câmara Municipal de Elvas (às 12 horas), onde os militantes e simpatizantes do partido se irão concentrar para receber o secretário-geral. O dia termina com dois comícios: o primeiro em Portalegre (18:30 horas) e o segundo em Évora (às 22 horas). Domingo, o secretário-geral do PS voltará a ser o último orador em mais dois comícios. Após uma visita ao Alqueva, no final da manhã, a caravana segue para o Algarve, onde na Doca de Faro será realizado mais um comício (pelas 19 horas). A jornada de campanha de domingo termina em Beja, pelas 22 horas, estando o comício marcado para o Largo do Lidadouro.

Depois, a caravana do PS percorrerá os distritos de Santarém (dia 27), Leiria (dia 28), Aveiro (dia 29) e de Viseu (dia 30). O primeiro dia de Outubro será passado no distrito da Guarda, estando António Guterres novamente em dois comícios no dia 2, primeiro em Bragança, depois em Vila Real. Domingo, dia 3 de Outubro, os socialistas irão encher a Avenida dos Aliados no Porto, seguindo-se passagens da caravana pelos distritos de Coimbra (dia 4), Lisboa (dia 5), Braga (dia 6), Viana do Castelo (dia 7), terminando o PS esta campanha em Setúbal, com um comício na Praça do Bocale.

GUTERRES APELA AOS ELEITORES UM VOTO DE CONFIANÇA NO PS PARA AJUDAR PORTUGAL

Apesar dos múltiplos progressos registados em Portugal e que estão bem demonstrados nos mais recentes números sobre a evolução da economia, bem como nos principais indicadores sociais do País, o PS ainda não se dá por satisfeito com os bons resultados da sua acção política. Por essa razão, nos comícios de Torres Vedras, Ponta Delgada e Machico, António Guterres pediu um voto de confiança aos portugueses. A partir da experiência já adquirida ao longo da última legislatura, são agora precisos mais quatro anos para continuar a obra já realizada. Prosseguir o combate ao desemprego, melhorar as condições de vida dos mais carenciados, apoiar mais os idosos e fazer com que os salários reais dos portugueses continuem a crescer são algumas das principais metas do Governo socialista até 2003.



Sociedade & País

Minorias Étnicas Empurrar o tempo



Ao fim quatro anos de trabalho como alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, José Leitão faz um balanço positivo da actuação do ACIME, sem deixar de confessar um sonho: «Constituir um País em que cada cidadão construa livremente a sua identidade individual, no respeito ou na dissidência face à sua herança cultural ou aproveitando dela o que melhor lhe aprouver» e que «o diálogo intercultural, a cooperação, a solidariedade, o respeito pela dignidade humana de todos os cidadãos seja a regra de vida da nossa sociedade».

Política

Presidente contra ajustes de contas entre portugueses Agora a reconstrução



Em Nova Iorque, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente da República defendeu a necessidade de as decisões do Conselho de Segurança da ONU serem mais rápidas. Para Portugal, o chefe de Estado deixou um recado, insurgindo-se contra os políticos que procuram impulsionar ajustes de contas em torno da questão timorense. Pelo contrário, segundo Jorge Sampaio, realizada que está a autodeterminação de Timor Lorosae, importa agora pensar na reconstrução do novo Estado independente.



A marca distintiva dos Socialistas

Os quatro anos de governação do Partido Socialista e da Nova Maioria deixaram no País uma marca distintiva no exercício do poder. Uma marca que passa por um novo estilo de governar, por uma nova cultura democrática como contraponto ao autoritarismo e ao abuso do poder.

A governação socialista afirmou-se com determinação em matérias tão sensíveis como a solidariedade, a educação, o desenvolvimento económico, a segurança e a justiça social. Foi uma governação pautada por um princípio fundamental: os portugueses em primeiro lugar.

Acusado, injustamente, pela oposição de excesso de diálogo, o governo, soube sempre actuar com coerência e determinação, demonstrando aos portugueses em todo os momentos difíceis, por que passou, saber encarar e resolver os problemas, provando que as acusações de que era alvo não passavam de um chapéu da oposição sem qualquer credibilidade.

Hoje, felizmente, o país está muito diferente, para melhor. Conseguimos sem grandes sacrifícios dos portugueses aderir à moeda única, cumprindo os apertados critérios de convergência. O Rendimento Mínimo Garantido, uma realidade nacional, foi das medidas mais criticadas pelo PSD, o mesmo PSD que hoje tira o chapéu à actividade política do Governo nesta matéria.

Governar não é fácil, e muito menos quando se herda uma situação política e social à beira da rotura. Quando os Socialistas chegaram ao poder, do PSD não herdaram nenhuma estratégia de desenvolvimento do País, não havia uma linha condutora. O que havia, isso sim, eram graves problemas sociais, políticos e económicos por resolver. As gravuras de Foz Côa, a Torralta, as polícias, a droga, a educação, o desemprego, a saúde, o financiamento das autarquias, o excesso de carga fiscal foram apenas alguns dos muitos problemas herdados da longa governação laranja.

As três marcas eleitas por este governo todas elas foram cumpridas. Além da já referida, a educação e o combate à pobreza constituem as outras duas grandes áreas de intervenção dos socialistas.

A educação foi considerada por este governo como o pilar fundamental para o desenvolvimento. Hoje, o sistema educativo está a viver uma revolução tranquila cujos frutos se irão colher durante muitos anos. A educação, a ciência e o emprego são os vectores fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade moderna. Por isso, hoje, o Partido Socialista assume um novo desígnio nacional: ultrapassar no prazo de uma geração o atraso estrutural que ainda nos separa do centro da União Europeia.

Finalmente, a terceira marca, tornar a pobreza numa preocupação central da sociedade portuguesa. Houve a coragem de não mais esconder a pobreza, mas de a combater, de deixar de fingir que não havia pobres em Portugal.

O Portugal de hoje é indiscutivelmente diferente, para melhor, do de há quatro anos e isso está patente em todos os indicadores sobre a evolução da nossa economia e da nossa sociedade, mas isso não satisfaz o PS. É preciso continuar a trabalhar para desenvolver Portugal e recuperar o atraso estrutural que nos separa dos países do centro da Europa mas, para isso, é fundamental que os portugueses voltem a demonstrar com clareza a sua confiança votando no próximo dia 10, no Partido Socialista.



AD TEM HORROR AO SECTOR PÚBLICO DA ECONOMIA

«Não acompanhamos o governo nem a AD no seu horror ao sector público. Por outro lado, a defesa dos interesses dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da população continua a constituir a nossa principal prioridade», afirmava o secretário-geral do PS, camarada Mário Soares, numa intervenção na AR onde teceu duras críticas à política da AD e que o «Acção Socialista» publicava na íntegra, na sua edição de 24 de Setembro de 1981.

Por outro lado, o «Acção Socialista» também publicava as intervenções na íntegra efectuadas no Parlamento pelos camaradas António Reis, Vítor Constâncio e Jaime Gama.

Tecendo críticas construtivas e clarividentes à política cultural da AD, o camarada António Reis afirmava: «A política cultural que se anuncia será, bem entendido, mais manobra de diversão do que leme orientador».

Destaque ainda nesta edição para um su-

plemento sobre o II Encontro Mundial da Juventude Trabalhadora da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), que decorreu sob o lema «Inventar o futuro hoje».

J. C. B.

24 de Setembro

Quem disse?

«A política cultural que a AD anuncia será sobretudo manobra de diversão»

António Reis



Guterres quer Estratégia comum para entre Douro e Vouga

O primeiro-ministro, António Guterres, defendeu, no dia 17, em Vale de Cambra, a adopção de uma estratégia comum para o desenvolvimento de entre Douro e Vouga, por ter características próprias.

«As respostas não são as mesmas do litoral e do interior profundo e entendemos ser importante adoptar uma estratégia comum, para encontrar a resposta adequada às necessidades da região, no próximo quadro comunitário de apoio», afirmou. Guterres, que visitou a nova Biblioteca de Vale de Cambra, defendeu uma relação de cooperação entre os municípios vizinhos e de parceria com o poder central, para

encarar o desenvolvimento regional.

«Na região de entre Douro e Vouga entrecruzam-se fenómenos do litoral e do interior, pois tem alguma concentração industrial que requer infra-estruturas, mas também situações típicas de zonas do interior», frisou.

A Biblioteca de Vale de Cambra serve uma população de 24 537 habitantes e corresponde a um investimento global de 213 mil contos, financiado em 50 por cento pelo Ministério da Cultura.

Além do edifício, a Biblioteca dispõe de uma estrutura desmontável, a «esplanada do livro», que rodará pelas várias freguesias.

Contributo na Europa Mário Soares recebeu prémio alemão

O ex-presidente da República Mário Soares recebeu, no dia 17, em Mainz, Alemanha, uma medalha de ouro da Associação Gustav Stresemann, pelo papel que tem vindo a desempenhar em prol da União Europeia (UE).

Uma fonte oficial disse à Imprensa que a Associação Gustav Stresemann foi fundada, em 1955, em memória do político alemão com o mesmo nome, que ocupou os cargos de chanceler, em 1923, e de presidente do partido Deutsche Volkspartei.

Nascido, em 1878, em Mainz, capital da Renânia-Platinado (sudeste da Alemanha), morreu em 1929.

Na sua carreira política ocupou ainda o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1923 e 1929, e recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1926, em conjunto com o escritor francês Aristide Briand.

Chefiuiu igualmente uma grande coligação do SPD (socialis-democratas), do partido do Centro Católico e do seu próprio partido, estes dois últimos entretanto extintos. A Associação Gustav Stresemann tem actualmente 400 membros na Alemanha e realiza conferências e colóquios sobre temas de política internacional ou sobre relações bilaterais e multilaterais.

Entre os membros de honra da Associação destacam-se Helmut Kohl, ex-chanceler, e Heinz-Dietrich Genscher (do Partido Liberal), ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, bem como Kurt Beck, actual ministro-presidente da Renânia-Platinado.

A medalha de ouro foi entregue ao camarada Mário Soares durante uma cerimónia na chancelaria de Mainz, sede do governo regional.

A causa de Timor na Internet

O Ministério da Ciência e da Tecnologia decidiu disponibilizar, através da estrutura telemática da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), um servidor para o envio de petições e protestos electrónicos em defesa do povo de Timor Lorosae.

O acesso a este servidor é feito através de uma página especialmente concebida para o efeito.

Assim, numa produção conjunta do FCCN e do Centro de Investigação para Tecnologias Interactivas (CITI), está disponível na Internet mais uma página de apoio



à causa do povo timorense e de protesto pela actuação criminosas da Indonésia em Timor Lorosae.

O endereço é www.portimor.pt

Mais casas para 206 famílias em Santarém

A secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho, presidiu no dia 18 à cerimónia de entrega de casa a 20 famílias do concelho de Alcanena, que decorreu na urbanização do cabeço do Lavrado.

O acordo assinado com a Câmara de Santarém prevê a construção de 206 ca-

sas para igual número de famílias, a concluir até ao fim do ano 2000.

O acordo prevê um investimento de 1,5 milhões de contos, sendo garantida uma comparticipação a fundo perdido de 473 mil contos, sendo o restante garantido por um empréstimo a longo prazo, com bonificação de 75 por cento.

PRÉ-CAMPANHA

Apelo de António Guterres aos eleitores:

UM VOTO DE CONFIANÇA NO PS PARA AJUDAR PORTUGAL

Apesar dos múltiplos progressos registados em Portugal e que estão bem demonstrados nos mais recentes números sobre a evolução da economia, bem como nos principais indicadores sociais do País, o PS ainda não se dá por satisfeito com os bons resultados da sua acção política. Por essa razão, nos comícios de Torres Vedras, Ponta Delgada e Machico, António Guterres pediu um voto de confiança aos portugueses. A partir da experiência já adquirida ao longo da última legislatura, são agora precisos mais quatro anos para continuar a obra já realizada. Prosseguir o combate ao desemprego, melhorar as condições de vida dos mais carenciados, apoiar mais os idosos e fazer com que os salários reais dos portugueses continuem a crescer são algumas das principais metas do Governo socialista até 2003.

«**D**emos o melhor de nós próprios». Foi esta uma das primeiras mensagens deixadas pelo secretário-geral do PS no comício de pré-campanha em Torres Vedras. Depois de terem usado da palavra o presidente da Câmara, Jacinto Leandro, o líder da Federação Regional do Oeste, Romão Ferreira, o secretário de Estado do Poder Local, José Augusto Carvalho, e o presidente do partido, António de Almeida Santos, o primeiro-ministro fez um discurso em que frisou os avanços registados em Portugal nos últimos quatro anos. «O país está diferente para melhor», afirmou, referindo-se principalmente à evolução da economia e dos principais indicadores sociais.

Entre outros indicadores, o secretário-geral do PS referiu que há 32 meses consecutivos que o desemprego está a baixar no país. No entanto, ainda não é tempo para os socialistas se congratularem com a sua acção política. «Enquanto houver um desempregado em Portugal, um socialista não pode ter a consciência tranquila em relação à sua acção», sublinhou o secretário-geral do partido. Por isso, importa que os portugueses transmitam um novo voto de confiança ao PS nas eleições legislativas e deixem o Governo continuar a encarar o desemprego como uma questão central a combater. Ainda neste contexto, o chefe do Executivo sublinhou que o desemprego jovem baixou para metade face a 1995. Porém, «enquanto houver um jovem desempregado, continuaremos a lutar», assegurou o primeiro-ministro. Em Torres Vedras, António Guterres também realçou os avanços registados na educa-



ção pré-escolar. Por exemplo, em 1995, a esmagadora maioria das famílias não tinha possibilidades de colocar as suas crianças em creches, aspecto de que foi corrigido com um substancial aumento da taxa de cobertura, cujo objectivo, a partir de agora, é ainda duplicá-la até 2003. «Com a experiência que adquirimos, com os resultados que obtivemos nos últimos quatro anos, pedimos aos portugueses mais quatro anos de governo para melhorar Portugal», declarou o líder do PS. Ainda ao nível da educação pré-escolar a todas as crianças com cinco anos de idade. Metas ambiciosas existem também no que respeita aos apoios domiciliários a conceder aos idosos, na fiscalização de lares de terceira idade, no aumento de vagas para o Ensino Superior Público, no combate à droga e no aumento de meios humanos e técnicos para as forças de segurança.

Aperfeiçoar finanças regionais

No comício dos Açores, António Guterres assegurou que, durante a próxima legislatura, será aperfeiçoada a Lei de Finanças das Regiões Autónomas. No seu discurso, o secretário-geral do PS comprometeu-se também a criar especiais facilidades no acesso às universidades dos estudantes que pretendam trabalhar nas regiões insulares e a avaliar as taxas portuárias nas ligações marítimas para os Açores e Madeira. A este propósito, revelou que o Governo tem em estudo a pos-

ibilidade de retomar as ligações por mar de passageiros entre o continente e as ilhas. O líder do PS disse ainda que, se for reeleito primeiro-ministro, promoverá a integração nos apoios do Serviço Nacional de Saúde de qualquer cidadão açoriano que tenha de se deslocar a hospitais centrais para receber tratamento, ao contrário do que acontece actualmente, onde esses encargos são assumidos pelo Serviço Regional de Saúde. «Os Açores não são um encargo para o Orçamento de Estado», porque «fazem parte da identidade nacional» e constituem «um trunfo fundamental para a capacidade nacional de influenciar as grandes questões internacionais», sustentou o secretário-geral do partido.

Já no domingo passado, na Madeira, António Guterres aproveitou para deixar bem claro que as relações entre o Governo e esta Região Autónoma nunca serão afectadas pelas afirmações de Alberto João Jardim. Ainda de acordo com o secretário-geral do PS, «o povo madeirense e porto-santense é um povo admirável, que dá um contributo decisivo para a identidade nacional. Para os socialistas, a Região Autónoma da Madeira, bem como a dos Açores, são parte de um Portugal que queremos cada vez mais justo e solidário e onde queremos que as oportunidades sejam as mesmas em todas as suas parcelas».

Alegre ataca Barroso

Mário Soares, Herman José, Raul

Solnado e Júlio Isidro foram algumas das personalidades que participaram domingo num almoço de apoio ao cabeça-de-lista do PS por Setúbal, Jorge Coelho. Ao referir-se ao camarada Jorge Coelho, o ex-Presidente da República afirmou que se trata de «um amigo, um bom ministro e uma pessoa importante no PS». Jorge Coelho, por sua vez, manifestou-se satisfeito com a presença e apoio de personalidades como Mário Soares, Herman José, Fialho Gouveia, Júlio Isidro e Raul Solnado.

Sexta-feira, durante um jantar promovido pelo PS/Coimbra, Manuel Alegre pediu aos portugueses para não terem medo de uma maioria absoluta do PS e prometeu agir no Parlamento para assegurar que o estilo das maiorias de Cavaco Silva não seja reeditado com os socialistas. O cabeça de lista por Coimbra elogiou o primeiro-ministro, realçando a sua determinação para resolver a questão timorense - antes e após o referendo -, a par dos esforços do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

António Guterres, na sua opinião, «não é apenas o político mais bem preparado para ser primeiro-ministro, como tem qualidade humana». Pelo contrário, acrescentou, para Portugal, «seria trágico se algum dia Durão Barroso pudesse chegar a primeiro-ministro. Aquele homem tem gelo e pedras no coração, e merece ser banido pelo voto popular», defendeu o vice-presidente da Assembleia da República ainda em referência ao líder do PSD.

TIMOR LOROSAE

Presidente contra ajustes de contas entre portugueses

AGORA A RECONSTRUÇÃO

Em Nova Iorque, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente da República defendeu a necessidade de as decisões do Conselho de Segurança da ONU serem mais rápidas. Para Portugal, o chefe de Estado deixou um recado, insurgindo-se contra os políticos que procuram impulsionar ajustes de contas em torno da questão timorense. Pelo contrário, segundo Jorge Sampaio, realizada que está a autodeterminação de Timor Lorosae, importa agora pensar na reconstrução do novo Estado independente. Em entrevista à cadeia de televisão norte-americana CNN, o Presidente da República frisou que são os timorenses que desejam a presença dos portugueses no território, para os ajudar na construção do país. «Pela nossa parte, queremos ajudar e queremos cooperar», sublinhou.



O Presidente da República frisou domingo, em Nova Iorque, que as decisões sobre o futuro de Timor-Leste «passaram a competir aos timorenses. Está realizado o direito à autodeterminação dos timorenses», pelo que Portugal se disponibiliza apenas «a apoiar a transição para a independência» de Timor-Leste, afirmou o chefe de Estado, um dia antes de discursar perante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Nos Estados Unidos da América, o Presidente da República rejeitou frontalmente as alusões ao papel colonizador de Portugal no passado. «Respondo à bruta», reagiu, evocando as lutas e o exílio de muitos portugueses da sua geração que se opunham ao regime salazarista e à colonização praticada até à revolução de 25 de Abril de 1974. «Não me sinto no banco dos réus» por causa do passado, ainda para mais porque a História não se apaga. Jorge Sampaio, que considerou a saída de Xanana Gusmão «um acontecimento de grande importância», observou que o novo Estado de Timor Lorosae terá «uma marcha difícil» em direcção ao futuro. As fases de reconstrução de um Estado «são muito duras», sendo necessário, segundo o chefe de Estado, ajudar a desenvolver a sociedade civil timorense exigida pelos desafios a enfrentar sob a liderança de um estadista como é Xanana Gusmão. É importante ter a capacidade que permita «serem lançados» os mecanismos básicos de uma sociedade democrática, onde «há sentimentos profundos», realçou o Presidente da República. De acordo com o Presidente da República, até a própria Igreja Católica, que «viu

as suas bases destruídas, precisa de ser solidificada». Para já, acrescentou, «é totalmente excepcional» o nível de doações da comunidade internacional para Timor-Leste, já que ultrapassou tudo o que era imaginável.

Também no domingo, em entrevista à CNN, sublinhou a disponibilidade de Portugal em cooperar e ajudar os timorenses, nomeadamente aqueles que se encontram refugiados em Timor Ocidental e no meio dos quais estão membros das milícias. A este propósito, o chefe de Estado considerou que as ameaças feitas pelas milícias pró-integracionistas «devem ser levadas a sério, embora seja clara a intenção da Indonésia em cumprir as suas obrigações de as controlar, até para «ser mais credível» no seio da comunidade internacional.

Crimes devem ser punidos

Portugal vai insistir na ideia de que os responsáveis pelos crimes cometidos em Timor-Leste devem ser punidos, embora a prioridade imediata seja o restabelecimento da paz no território, tendo em vista a sua independência. Esta posição foi transmitida domingo pelo embaixador português nas Nações Unidas, António Monteiro, que salientou a importância de que «não haja impunidade» neste processo, especialmente entre aqueles que «tinham a obrigação de defender o povo. Mais tarde ou mais cedo responderão por aquilo que fizeram».

O Presidente da República reafirmou que

a principal prioridade é garantir a paz para permitir o regresso dos refugiados e aplicar a terceira fase do acordo de Nova Iorque (o caminho da independência face aos resultados da consulta). No entanto, acrescentou, «se houver pessoas a recolher depoimentos à margem do que deve ser feito, ainda bem». Jorge Sampaio alertou para a importância das matérias de facto a apurar sobre o que aconteceu após o anúncio dos resultados do referendo, escusando-se, porém, a falar do que Portugal pode estar a fazer nesse domínio. O julgamento dos responsáveis pela prática de crimes em Timor-Leste só pode ser conseguido por uma de três vias: através da criação de um Tribunal Penal Internacional, de tribunais especiais das Nações Unidas, ou por iniciativas individuais semelhantes à protagonizada pelo juiz espanhol Baltazar Garçon no caso do ditador chileno Augusto Pinochet.

Desembarque emocionou Guterres

O primeiro-ministro acompanhou ao longo da madrugada de segunda-feira a chegada das forças internacionais, da INTERFET, a Timor-Leste, «um objectivo pelo qual Portugal tanto lutou e que tão difícil e tão lento foi na sua concretização». «Foi com profunda emoção que o primeiro-ministro viu chegar a força internacional a Timor-Leste», adiantou um elemento do gabinete do chefe do Governo, reafirmando que a independência timorense «é agora irreversível. É agora o momento de

pressionar a comunidade internacional para uma articulação com a alta comissária das Nações Unidas para os refugiados no sentido de que seja intensificada ainda mais uma solução rápida para a trágica situação dos deportados em Timor Ocidental e em outras partes da Indonésia». Ainda segundo o gabinete de António Guterres, «é preciso fazer acompanhar no terreno a força de paz de uma ajuda humanitária de grandes proporções».

Entre outras iniciativas já tomadas pelo Governo, no domingo, partiu para Darwin, Austrália, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Amado, onde representará o Executivo nas tarefas de ligação e coordenação no apoio a Timor-Leste. Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado irá estabelecer e coordenar as ligações da parte do Governo de Lisboa com as organizações humanitárias internacionais, que, a partir de Darwin, enquadrarão o apoio a Timor-Leste. Por outro lado, o mesmo membro do Governo assegurará a ligação «no terreno» com as autoridades australianas em tudo o que diz respeito com a questão timorense.

Segunda-feira, em Belmonte, a ministra da Saúde anunciou que Portugal vai apoiar a reorganização dos serviços de saúde de Timor-Leste, tendo já disponibilizado profissionais para integrarem as equipas de assistência. «Ansiamos poder colaborar com o povo timorense e proceder a um processo de reconstrução, que infelizmente tem demorado tanto para a maior parte de todos nós», declarou Maria de Belém.



HORIZONTE DE ESPERANÇA

Começo por felicitar o Senhor Theo Ben Gurirab pela sua eleição para a presidência desta Assembleia Geral, que constitui um merecido tributo ao papel que a Namíbia tem desempenhado na cena internacional. As suas qualidades humanas, profissionais e intelectuais assegurarão certamente a boa condução dos nossos trabalhos. Presto também a minha homenagem ao Presidente cessante, Senhor Didier Opertti, pela forma dedicada e competente como dirigiu os trabalhos da 53ª Assembleia Geral. Reservo uma palavra de particular apreço e estima para o Secretário-Geral, Kofi Annan, pela forma notável como tem desempenhado o seu difícil cargo, num momento em que tantos e tão complexos desafios são postos às Nações Unidas e em que tantas esperanças são depositadas na sua acção. Dirijo-me a esta Assembleia ainda sob o impacto da vaga de emoção, indignação e revolta desencadeada em todo o mundo pela tragédia que se abateu sobre o povo da Timor-Leste após o anúncio do resultado da consulta sobre o futuro daquele território, exemplarmente organizada pela Nações Unidas no passado dia 30 de Agosto. Quem viu as imagens dos timorenses, no dia da votação, empunhando as suas certidões de recenseamento, em filas ordeiras, esperando pelo tão ansiado momento de exprimir livremente a sua vontade, não pode ter deixado de reagir com profunda emoção e de perceber naqueles rostos e naqueles gestos o apelo universal da democracia, da liberdade e da justiça. O contraste singular entre o exemplo de coragem silenciosa e sentido cívico oferecido pelos timorenses, ao participarem em massa no acto eleitoral, e os actos bárbaros de vingança que se seguiram revela, com exemplar nitidez, o que verdadeiramente está em causa neste processo.

Não é esta a ocasião para relembrar os factos, infelizmente tão pouco conhecidos da luta pela independência que o povo de Timor conduziu ao longo dos últimos 24 anos, nem tão-pouco o cortejo de horrores que teve de sofrer, e infelizmente ainda sofre, para conquistar a sua liberdade.

A História ensina-nos que o nascimento de uma nação é, regra geral, uma conquista do seu povo, ao cabo de um processo doloroso. O caso de Timor-Leste não constitui excepção. Foi o povo de Timor, pela sua coragem, determinação e capacidade de luta e sofrimento que conquistou o direito a constituir-se em nação independente. Quero aqui prestar-lhe a minha homenagem, bem como ao seu líder, Xanana Gusmão, cujo alto perfil humano e político se impôs ao respeito de todos quantos tiveram oportunidade de o contactar.

E quero aqui curvar-me, em nome de todos os portugueses, perante a memória dos timorenses que, ao longo dos anos, ofereceram a vida pela dignidade do seu povo. Os acontecimentos das últimas semanas em Timor interpelam a consciência da Comunidade Internacional e devem constituir

motivo de reflexão sobre a responsabilidade das Nações Unidas, como órgão representativo da Comunidade Internacional, na construção de uma sociedade internacional mais justa e mais humana.

Neste final de século, à medida que se afirma uma consciência universal do valor inalienável da dignidade da pessoa humana, pesa sobre todos os Estados que constituem a Comunidade Internacional uma responsabilidade cada vez maior de articular, na sua conduta internacional, os princípios e os interesses, na certeza de que a salvaguarda dos princípios representa, também, condição da legitimidade dos interesses.

Essa consciência exige, de todos quantos têm responsabilidades públicas, respostas prontas e firmes a comportamentos políticos moral e juridicamente inaceitáveis, às tragédias humanitárias que regra geral provocam e aos ciclos de instabilidade regional que desencadeiam.

A opinião pública mundial, que toma forma diante os nossos olhos graças à globalização dos meios de comunicação, espera de nós essas respostas e tem dificuldade em compreender porque se aplicam, tantas vezes, dois pesos e duas medidas a situações em tudo idênticas no plano dos princípios.

Sabemos que nem sempre a Comunidade Internacional se tem mostrado à altura destes desafios. Lembro aqui a tragédia do Ruanda, o caso do Sudão, a demora em reagir aos conflitos da Bósnia e do Kosovo e tantas outras situações de sofrimento humano, que foram tragicamente descuradas. Devemos, por isso, saudar a enérgica reacção da Comunidade Internacional à onda de violência e de terror que assolou Timor-Leste nas últimas semanas, e a mobilização de uma força multinacional, encarregada de garantir a paz e a segurança daquele território, de proteger e apoiar a UNAMET e de facilitar as operações de assistência humanitária ao povo de Timor. Quero aqui agradecer a todos aqueles que contribuíram para este resultado e, em particular, aos países que se disponibilizaram para integrar esta força. Neste caso, para além dos dramáticos aspectos humanos, estava em causa a própria credibilidade das Nações Unidas. Como podiam elas, que organizaram a consulta popular, trair a confiança que haviam suscitado e que o povo de Timor-Leste nelas depositara?

Ainda que a reacção não tivesse sido tão rápida quanto os timorenses mereceriam e Portugal desejava, a adopção da resolução 1264 do Conselho de Segurança mostra ao mundo que este não assiste indiferente a desafios à sua autoridade, nem os deixa sem resposta.

Que este caso não constitua excepção, e sirva de exemplo para o futuro: a rapidez de resposta do Conselho de Segurança representa condição da sua autoridade e eficácia.

Muito do que aconteceu é irremediável e não pode ser esquecido. Digo-o com a mais pro-

funda amargura. Considero também que, neste como noutros casos, não se poderá alimentar uma cultura de impunidade.

Todavia, a instalação, que começou, da força multinacional em Timor Leste abre um horizonte de esperança. Há, neste momento, que cuidar dos vivos e procurar salvar o que ainda pode ser salvo.

No imediato, considero essenciais os seguintes pontos:

Garantir a segurança em Timor Leste é a tarefa prioritária que temos diante de nós, de modo a assegurar o respeito pelos direitos individuais dos timorenses e permitir que, finalmente, possam viver em paz, sem risco de violência e perseguições. Sem segurança, não haverá igualmente condições para conduzir, com todo o necessário vigor e amplitude, as urgentes tarefas de assistência humanitária à população de Timor-Leste.

Encaminhar, com toda a urgência, ajuda humanitária para Timor, alimentar, tratar e realojar as dezenas de milhares de deslocados espalhados por todo o território, cuidar de uma gente que foi sistematicamente espoliada dos seus bens, confortar todos aqueles que perderam familiares e amigos e assistiram, impotentes, a cenas de horror que ficarão para sempre gravadas nas suas memórias, reunificar famílias, em suma acudir a uma população traumatizada pela orgia de violência de que foi vítima.

Acudir à situação daqueles timorenses, bem mais de uma centena de milhares, que foram deportados para a Indonésia ou fugiram do território e que se encontram sobretudo em Timor Ocidental. É urgente e indispensável o acesso contínuo àquelas populações não apenas da assistência humanitária, como do Alto Comissariado da Nações Unidas para os Refugiados e de outros meios de defesa dos direitos humanos, para salvaguarda da vida e da dignidade destes refugiados e para assegurar que, quando queiram, possam regressar a Timor-Leste.

Acelerar a transferência de autoridade efectiva no território para as Nações Unidas, prevista pelos acordos de 5 de Maio, como consequência do resultado da consulta popular de 30 de Agosto. Qualquer dilação seria intolerável. Importa também definir um calendário para a retirada, no mais curto lapso de tempo, das forças indonésias presentes naquele território. É esse o único caminho possível para restaurar a paz e a estabilidade na região e para lançar as bases de uma sã convivência entre o futuro Estado de Timor e a Indonésia, que desejamos possa consolidar as promessas democráticas que o seu actual processo de transição prenuncia.

Finalmente, haverá que fazer um enorme esforço de reconstrução do território, devastado pelas pilhagens, saques e destruições dos últimos dias e para o qual será indispensável o generoso empenho da Comunidade Internacional.

Para todas estas tarefas, Portugal manifestou a sua vontade de contribuir. Pelas res-

ponsabilidades que tem perante o povo de Timor-Leste e pela solidariedade incondicional que a ele o une, Portugal manifestou, desde o primeiro momento, disponibilidade para integrar a força multinacional. Para evitar qualquer demora, visto que cada minuto conta, em vidas e em sofrimento, aceitámos, embora preparados para uma participação imediata, diferi-la para ocasião posterior.

No auxílio humanitário e na reconstrução de Timor-Leste fazemos e faremos quanto pudermos. Quero deixar aqui um apelo veemente à Comunidade Internacional, às agências especializadas da Nações Unidas, às organizações não-governamentais, para acompanharem este esforço.

Com o território ocupado, sem que jamais as Nações Unidas houvessem reconhecido a sua pretendida anexação pela Indonésia, o povo de Timor-Leste esperou um quarto de século para exercer o direito de autodeterminação que lhe cabia enquanto povo de um território não-autónomo, como tal caracterizado pelas Nações Unidas.

No quadro ainda da resolução da Assembleia Geral nº 37/30, de 1982, Portugal, enquanto potência administrante do território, a Indonésia e as próprias Nações Unidas chegaram, finalmente, a 5 de Maio passado, a um acordo nesse sentido.

A consulta popular foi instituída com referência explícita, tanto no Acordo Principal de 5 de Maio, como na Resolução do Conselho de Segurança nº 1236, de 7 de Maio, às resoluções desta Assembleia Geral que representaram e representam a Magna Carta do Direito dos povos coloniais à autodeterminação as resoluções 1541, 1541 e 2625.

Apesar de todas as intimidações, o povo de Timor-Leste exerceu democraticamente, em 30 de Agosto, o seu direito à autodeterminação e escolheu, por uma maioria clara e inequívoca, o seu futuro colectivo, adquirindo, de forma incondicional e irrevogável, o direito a constituir-se em Estado independente, findo o período de administração transitória que as Nações Unidas em breve iniciará.

Alcança a liberdade, com cicatrizes e feridas do sofrimento passado; mas transporta a juventude de uma esperança e saberá, assim o espero, chegar sem ressentimento ao concerto dos Estados.

A questão de Timor-Leste é sobre um povo e sobre o essencial: o essencial da dignidade humana, do direito internacional e da consciência moral e universal.

Apesar de tudo quanto terrivelmente aconteceu, saudemos, neste final da década das Nações Unidas para a erradicação do colonialismo, a autodeterminação do povo de Timor-Leste.

Permitam-me, que termine formulando um voto e uma esperança: que tão brevemente quanto possível a Assembleia Geral possa ouvir a voz livre e soberana de Timor Lorosae.

Discurso do Presidente da República, Jorge Sampaio, na 54ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO

O ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, defendeu, no dia 19, o «desenvolvimento do interior» como factor de coesão social do País, durante a cerimónia de inauguração do novo Estádio Municipal de Penamacor.



Na sua intervenção, Sócrates sublinhou que «o desenvolvimento do interior do País deve ser uma condição de justiça», por forma a evitar que se registem «tantas assimetrias» em Portugal.

O responsável governamental disse ainda que infra-estruturas como a edificadas em Penamacor servem como «ponto de atracção», oferecendo aos cidadãos «o acesso à prática desportiva», além de funcionarem como «espaço de lazer».

É preciso termos em conta que a Beira Interior durante muitos anos esteve esquecida e, por isso, a minha atitude de agora é impedir que ela continue a ser marginalizada e tão esquecida como o foi no passado», rematou Sócrates.

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

Meio milhar de crianças de escolas do 1º ciclo da Região Centro participaram na passada quinta-feira, dia 16, numa «aula» sobre o povo maubere, em frente ao pavilhão de Timor do «Portugal dos Pequenininos», em Coimbra.

«Uma hora por Timor» contou com a presença do secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins, que explicou às crianças a mudança do nome daquele pavilhão para Timor Lorosae.

«Em Timor, uma ilha muito distante, há pessoas que sofrem mas que, simultaneamente, têm esperança no futuro. O sol nasce a Oriente, onde está essa ilha. Timor do sol nascente», explicou às crianças.

O governante contou que, a 30 de Agosto, milhares de timorenses votaram a favor de um país livre, mas, a partir daí, «os inimigos criaram as condições de inferno que se vivem nos últimos dias».

Apesar da situação vivida em Timor, Oliveira Martins deixou uma mensagem de esperança às crianças: «é um país que quer ser livre e vai ser livre, porque é o país onde nasce o sol».

AMBIENTE

O Governo vai cortar a electricidade e a água aos agentes que extraem clandestinamente areias dos rios sem estarem licenciados.

O anúncio foi feito, no dia 16, em Chaves, pelo secretário de Estado adjunto da ministra do Ambiente.

Ricardo Magalhães revelou que se realizou uma grande reunião na semana passada, em Chaves, com os juristas do Ministério da Economia e do Ambiente e da autarquia que estão a trabalhar para que um despacho naquele sentido «possa avançar o mais rapidamente possível».



«Não é razoável que espaços que são públicos, que são de todos, sejam prejudicados por acções de vandalismo, depredadoras de recursos que vão não só acabar com a paisagem actual como exigir depois um grande esforço de reabilitação», acrescentou.

O governante reconheceu que o Executivo «ainda não ganhou a guerra» de acabar com os agentes que extraem ilegalmente areia no rio Tâmega, na veiga de Chaves e ao longo do rio Douro e recordou que «a última coima foi de quatro mil contos».

O secretário de Estado falava no final da cerimónia de assinatura do Acordo de Colaboração entre a Direcção Regional do Ambiente do Norte e a Câmara de Chaves, relativo à desmatacao da albufeira de Arcosso, um investimento de cerca de 39 mil contos (195 mil euros), dos quais 50 por cento são apoiados pelo Governo.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, anunciou, no dia 20, em Famalicão, que o Governo quer multiplicar por mil, em quatro anos, os conteúdos em língua portuguesa na Internet.

Falando no Auditório Municipal, perante uma plateia de 150 professores, Mariano Gago considerou esse incremento de conteúdos como «fundamental» para a língua e para a cultura portuguesa no mundo, sublinhando que o seu ministério vai lançar um programa de apoio à introdução de novos conteúdos, entre os quais se contam os jornais e publicações escolares.

«Embora se tenha feito muito nos últimos anos no domínio da divulgação da Internet em Portugal, consideramos que ainda é pouco», avisou o ministro, sustentando que os portugueses vão ter de saber li-

dar com a Internet, banalizando o seu uso, do mesmo modo como fazem, hoje, qualquer outro electrodoméstico.



Acrescentou que os projectos do Ministério para o sector passam pela colocação, dentro de dois anos, de pelo menos um computador em cada Junta de Freguesia do País, com a respectiva ligação à Internet, e para utilização gratuita dos cidadãos.

CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, anunciou no passado sábado, dia 18, em Amarante, que o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) vai dispor de 42 milhões de contos para intervenções nos museus portugueses, públicos e municipais.



«Só na área dos museus vai haver uma dotação superior ao que teve toda a área da cultura no último QCA. Vamos passar de quatro milhões de contos para 22 milhões de contos só na área tutelada pelo IPM (Instituto Português de Museus)», afirmou o governante.

Manuel Maria Carrilho acrescentou que os museus municipais vão dispor de 20 milhões de contos no III Quadro Comunitário, que vigorará no período 2000/2006.

O ministro da Cultura falava em Amarante, durante a cerimónia de entrega dos prémios Amadeo de Souza-Cardoso, iniciativa bienal da autarquia que premeia um artista revelação e um autor consagrado. O galardão principal foi este ano entregue à artista holandesa Inez Winjhorst Assis

e Santos, enquanto Fernando de Azevedo recebeu o prémio consagração, em reconhecimento pela carreira do pintor de Vila Nova de Gaia, que passará a estar representado permanentemente no museu amarantino.

DESPORTO

O Desporto pode ser uma grande fonte geradora de emprego nos próximos anos, disse no dia 20, o secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, ao apresentar o balanço da sua actividade nos quatro anos de legislatura.



Miranda Calha, que recolheu no livro «Um Rumo para o Desporto em Portugal» as principais linhas da actividade desenvolvida, acrescentou que o Desporto contém um conjunto de potencialidades para a criação de novos empregos, especialmente junto das camadas mais jovens da população.

A sublinhar este ponto, o governante disse que se começam a criar condições para a profissionalização do sector e que teve grande aceitação um programa lançado em conjunto com a Secretaria de Estado do Emprego e Formação para a criação de estágios para jovens licenciados.

A formação é uma das áreas que deve continuar a ser prioritária, uma vez que «a qualidade dos recursos humanos do sistema desportivo é um factor decisivo para o seu desenvolvimento».

O secretário de Estado recordou também a acção desenvolvida na luta contra o doping e salientou ser Portugal, que conta com um dos três laboratórios credenciados para realizar testes sanguíneos, um dos candidatos a sede da Agência Internacional Antidopagem.

Dos quatro anos de actividade, Miranda Calha realçou a modernização das infra-estruturas e a criação das sociedades desportivas, mas sublinhou a importância da regularização das dívidas dos clubes ao fisco e à Segurança Social, as quais «afectavam seriamente o equilíbrio do sistema competitivo profissional».

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, João Cravinho, fez, no dia 17, em Gondomar, um balanço «muito positivo» do trabalho desenvolvido no actual mandato, salientan-

PELO PAÍS

Governança Aberta

do que deixa obra em concurso correspondente a «seis pontes Vasco da Gama».

«Deixo um sistema montado que permite que a rede de auto-estradas passe dos 980 quilómetros para os três mil até 2004. Pelos métodos antigos só em 2020 estas obras estariam concluídas», sublinhou Cravinho, durante uma visita às obras de acessibilidades no Grandê Porto.



Segundo o ministro, as obras que recebeu do anterior governo cavaquista foram concluídas em 1998, acrescentando que os trabalhos que deixa «levarão bastantes mais anos a concluir».

«Recebi uma ponte Vasco da Gama, deixo seis», frisou.

João Cravinho falava em Gondomar, onde se inteirou do andamento das obras do segundo sub-lanço do IC 25, que fará a ligação entre esta cidade e o Porto.

O troço (4,5 quilómetros) começa perto da Rua das Areias e termina no viaduto de Ramalde, a sul de Gondomar.

Do empreendimento fazem parte duas pontes, uma sobre o rio Tinto e outra sobre o rio Torto, e dois viadutos, em Areias e Ramalde.

A Via Rápida de Gondomar está orçada em 4,8 milhões de contos e deverá ficar concluída no final do ano 2000.

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

O secretário de Estado da Modernização Agrícola e Qualidade Alimentar, Luís Vieira, disse, no dia 18, em Baião, que o Governo vai simplificar o acesso a subsídios aos pequenos agricultores.

«O próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), nomeadamente através do Programa de Desenvolvimento Rural, vai privilegiar a agricultura familiar, tornando elegíveis projectos com meio hectare, quando antigamente era exigido o mínimo de um hectare de terra», salientou Luís Vieira.

O governante, que falava na cerimónia de assinatura de um contrato de financiamento do IFADAP com a Adegas Cooperativas de Baião, referiu também «que os pequenos lavradores vão poder receber indemnizações compensatórias acumuláveis com as suas reformas».

Luís Vieira garantiu que o acesso aos apoios comunitários será muito simplificado, bastando «um pequeno formulário em formato A4».

A reestruturação das vinhas vai dispor de

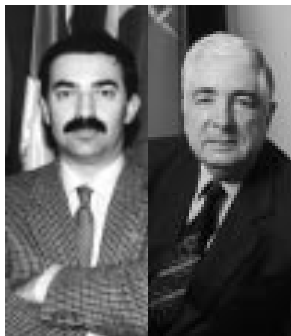
seis milhões de contos anuais, mas o secretário de Estado também realçou o aumento da comparticipação financeira, que passa dos actuais 50 por cento para 75 por cento nos projectos elegíveis ao abrigo do III QCA.

A Adegas Cooperativas de Baião vai realizar um investimento de 73 mil contos nas suas instalações em Gove, sendo de 47 mil contos o apoio financeiro disponibilizado pelo IFADAP, ao abrigo da Medida 5 do programa PAMAF.

O desenvolvimento do projecto permitirá melhorias na vinificação da casta a vesso, que a adegas de Baião se propõe comercializar em separado a partir da vindima do próximo ano.

PESCAS E EQUIPAMENTO

Os secretários de Estado das Pescas e do Equipamento anunciaram na passada sexta-feira, dia 17, a segunda fase de construção do Porto de Pesca de Peniche, que consiste na criação de um cais para descarga dos produtos da pesca.



A obra está orçada em dois milhões e meio de contos, será lançada a concurso em Outubro e ainda deverá iniciar-se este ano. A construção do novo cais vai ser comparticipada em 75 por cento por fundos comunitários e o restante será inscrito em PIDDAC afecto à Direcção-Geral das Pescas, Navegação e Transportes Marítimos.

O novo cais servirá para descargas de pesca e para a indústria conserveira, prevenindo-se que venha a ser alargado a outras valências como cais de movimentação de mercadorias.

«Se o mercado reagir bem podemos criar uma infra-estrutura de um porto regional», afirmou o secretário de Estado adjunto do ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, Consiglieri Pedroso.

Para o secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, «sendo Peniche o maior Porto de Pesca do País, é legítimo o direito à consagração de infra-estruturas necessárias», acrescentando que o que está em causa «é juntar esforços que representem uma estratégia para uma actividade económica que vai além da pesca».

José Apolinário garantiu que as verbas do próximo QCA para o sector vão ser duplicadas.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 16 de Setembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que aprova o Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Industriais (Pesgri'99);
- Um decreto-lei que autoriza a APA - Administração do Porto de Aveiro, SA, a concessionar, em regime de serviço público, a construção e exploração de uma marina para apoio à navegação e abrigo portuário de embarcações de recreio, bem como as instalações e serviços de natureza comercial e industrial operacionais, complementares e acessórios, denominando-se o complexo «Marina da Barra»;
- Uma resolução que aprova, nos termos do decreto-lei n.º 261-A/99, de 7 de Julho, a realização de um aumento do capital social da Galp - Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, SA, de 502 164 785 euros para 829 250 650 euros, na modalidade de entradas em espécie e de entradas em dinheiro, através da emissão de 65 417 173 novas acções ordinárias com o valor nominal de 5 euros;
- Um decreto-lei que aprova o regime de utilização de armas de fogo e explosivos pelas forças e serviços de segurança;
- Um decreto-lei que cria o Programa Trabalho Seguro e regula os termos da redução da taxa contributiva a aplicar às pequenas e médias empresas (PME), face às boas práticas prosseguidas pelas mesmas, em matérias de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- Um decreto-lei que aprova as bases da concessão do serviço postal universal, a outorgar entre o Estado Português e os CTT - Correios de Portugal, SA;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o regime de protecção na velhice e na invalidez dos beneficiários do regime geral de segurança social;
- Um decreto-lei que antecipa, para os 55 anos, a idade de acesso à pensão por velhice dos controladores de tráfego aéreo, beneficiários do regime geral de segurança social;
- Um decreto-lei que aprova o novo regime legal da concessão e emissão dos passaportes;
- Um decreto-lei que cria, em sede de IRC, um crédito fiscal por investimento em bens do activo imobilizado corpóreo para protecção ambiental para os exercícios de 1999, 2000 e 2001;
- Um decreto-lei que institui um regime de protecção social específico para os trabalhadores do sector portuário;
- Um decreto-lei que atribui a pensão unificada aos aposentados do Fundo de Pensões de Macau, cujas pensões foram transferidas para a Caixa Geral de Aposentações, ao abrigo do decreto-lei n.º 357/93, de 14 de Outubro;
- Um diploma que aprova os Estatutos dos Despachantes Oficiais e revoga artigos do decreto-lei que, em 1965, aprovou a Reforma Aduaneira e o artigo 9º do decreto-lei n.º 513F/79, de 27 de Dezembro;
- Um decreto-lei que cria os quadros privativos do pessoal dos serviços centrais, regionais e tutelados do Ministério da Educação;
- Um diploma que alarga o âmbito pessoal do decreto-lei n.º 335/90, de 29 de Outubro, aos não residentes em Portugal, e suprime o prazo para requerer o reconhecimento do direito aos períodos contributivos verificados nas caixas de previdência dos territórios das ex-colónias portuguesas;
- Um decreto-lei que estabelece a lei orgânica do Gabinete de Avaliação Educacional do Ministério da Educação;
- Um decreto-lei que revê as taxas contributivas dos trabalhadores por conta de outrem das actividades agrícolas e equiparadas desenvolvidas na Região Autónoma da Madeira;
- Um decreto-lei que aprova o processo de formação e avaliação dos navegadores de recreio, a emissão das respectivas cartas, bem como a credenciação e fiscalização das entidades formadoras;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprovou o Regulamento da Náutica de Recreio;
- Um decreto-lei que aprova o regime jurídico do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Um decreto-lei que estabelece o desenvolvimento iniciatório da categoria de revisor de transportes colectivos e da carreira de agente único de transportes colectivos, da administração local;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna as directivas comunitárias relativas à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios destinados ao consumidor final.





EUROPA

**UM PROJECTO
DE TODOS OS PORTUGUESES**

José Leitão
João Gama
António Vitorino
Biagio De Giovanni
Richard Corbett
José Barros Moura
José Medeiros Ferreira
Francisco Seixas da Costa
Alvaro de Vasconcelos
Teresa de Sousa
Jorge Coelho
Rinaldo Bontempi
Acácio Barreiros
Paulo Pedroso
Pedro Adão e Silva
Mark Kinkley
Miranda Calha
Pedro Baptista
Helena Torres Marques

<http://www.socialista.pt/partido/imprensa/as>

**UNIÃO
EUROPEIA**
TRATADO
DE **AMSTERDÃO**

DESTAQUE – CM

Resíduos industriais

APROVADO PESGRI'99

O Executivo socialista deu luz verde ao Pesgri'99 - Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Industriais.

A decisão foi tomada, na passada quinta-feira, dia 16, durante reunião de Conselho de Ministros, que decorreu em Lisboa. O Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais constitui um importante instrumento de planeamento que se destina a fornecer, aos responsáveis políticos e da Administração Pública e a todos os agentes da indústria nacional, um conjunto fundamentado de orientações e recomendações tendentes a apoiar decisões em matéria de recolha e tratamento de resíduos industriais.

O Pesgri'99 integra a inventariação e a caracterização dos resíduos industriais produzidos ou existentes em Portugal, assumindo como objectivos prioritários a sua redução, reutilização e reciclagem. Em termos programáticos, o plano traça como metas a atingir no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000/2006:

No domínio da gestão sustentável dos recursos naturais:

- A promoção da coexistência de fases distintas e complementares de desenvolvimento nos domínios da infra-estruturação básica, da prevenção e redução da produção e da perigosidade, e do incremento das taxas de reutilização e de reciclagem.

- A programação da fase de infra-estruturação básica, precedida de encerramento de lixeiras insalubres, com base na co-incineração, para os resíduos perigosos, e na gestão integrada, para os resíduos banais (recolha, transporte, tratamento e destino final em aterro).

- A programação da fase relativa à prevenção, através da elaboração e implantação do PNAPRI (Plano Nacional de Prevenção dos Resíduos Industriais).

- A promoção do incremento das taxas de reutilização e reciclagem.

No domínio da protecção e valorização ambiental do território:

- A programação da melhoria do ambiente urbano e das periferias, mediante a supressão de focos de perturbação e o desenvolvimento de novos modelos de gestão dos resíduos industriais.

- A intervenção em áreas críticas, nomeadamente as que se encontram em perigo de contaminação de solos e de desertificação, através de programas de acção adequados.

- A promoção de acções de sensibilização, educação e informação ambiental na área da gestão de resíduos industriais.

No domínio da conservação da natureza e protecção da paisagem:

- A conjugação de actividades inerentes à gestão sustentável dos resíduos industriais com a implantação da Rede Natura 2000.



- A programação de actividades geradoras de novos empregos, a nível das operações de gestão de resíduos industriais. No domínio da integração do ambiente nas políticas sectoriais e de desenvolvimento regional e local:

- A programação de estudos e acções de compatibilização da actividade do sector industrial com a preservação do ambiente.

- A construção de modelos de definição do impacto dos resíduos industriais nos elementos susceptíveis do ambiente e da paisagem, com a introdução de indicadores de pressão ambiental e de processos e métodos de monitorização.

O avanço nos domínios referidos vai depender, em boa medida, do comportamento dos agentes económicos nomeadamente no que respeita à assunção e aplicação das seguintes medidas:

- Redução da produção dos resíduos (produção menos volumosa e menos pesada);

- Aprofundamento da análise do ciclo de vida dos bens e produtos, com vista à crescente redução da nocividade dos resíduos (produção menos perigosa e mais limpa);

- Desenvolvimento de estatísticas credíveis e comparáveis internacionalmente sobre a produção e as actividades de gestão de resíduos industriais (produção melhor identificável);

- Introdução de planos e programas a nível das empresas e unidades industriais com vista à avaliação e desenvolvimento das seguintes premissas:

- Custo/benefício ambiental
- Impacte social de eventuais mudanças
- Políticas de preços das operações de gestão

- Criação de uma bolsa de resíduos devidamente estruturada, ao serviço dos industriais interessados;

- Criação e fortalecimento de instituições de prestação organizada de serviços de gestão de resíduos abrangendo as operações de recolha, transporte, eventual tratamento e valorização, e destino final apropriado.

DESTAQUE – CM

Serviços de segurança

NOVO REGIME DE UTILIZAÇÃO DE EXPLOSIVOS E ARMAS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 16, em Lisboa, um decreto-lei que estabelece o regime de utilização de armas de fogo e explosivos pelas forças e serviços de segurança.

Este diploma vem instituir um regime regulador, uniforme e sistemático, do uso de armas de fogo na acção policial, por parte de todas as entidades definidas no Código de Processo Penal como órgãos de polícia, entendendo-se por acção policial a que for desenvolvida por aquelas entidades, no exercício das funções que legalmente lhes estiverem cometidas.

O diploma estipula, em termos genéricos, que o recurso a arma de fogo só é permitido se for manifestamente improvável que, além do visado ou visados, alguma outra pessoa venha a ser atingida, quando outros meios menos perigosos se mostrem ineficazes, e desde que proporcionado às circunstâncias, precisando, ainda, que tal recurso deve ser precedido de advertência claramente perceptível, sempre que a natureza do serviço e as circunstâncias o permitam.

A referida advertência pode consistir em tiro para o ar, desde que seja de supor que ninguém venha a ser atingido, e que a intimação ou advertência prévia possa não ser clara e imediatamente perceptível.

O diploma tipifica expressamente as situações em que é permitido o recurso a arma de fogo:

- Para repelir agressão actual e ilícita dirigida contra o próprio agente da autoridade ou contra terceiros;



- Para efectuar a captura ou impedir a fuga de pessoa suspeita de haver cometido crime punível com pena de prisão superior a três anos ou que faça uso ou disponha de armas de fogo, armas brancas ou engenhos ou substâncias explosivas, radioactivas ou próprias para a fabricação de gases tóxicos ou asfixiantes;

- Para efectuar a prisão de pessoa evadida ou objecto de mandado de detenção ou para impedir a fuga de pessoa regularmente presa ou detida;
- Para libertar reféns ou pessoas raptadas ou sequestradas;
- Para sustar ou impedir grave atentado contra instalações do Estado ou de utili-

dade pública ou social ou contra aeronave, navio, comboio, veículo de transporte colectivo de passageiros ou veículo de transporte de bens perigosos;

- Para vencer a resistência violenta à execução de um serviço no exercício das suas funções e manter a autoridade depois de ter feito aos resistentes intimação inequívoca de obediência e após esgotados todos os outros meios possíveis para o conseguir;

- Para abate de animais que façam perigo pessoas ou bens ou que, gravemente feridos, não possam com êxito ser imediatamente assistidos;

- Como meio de alarme ou pedido de socorro, numa situação de emergência, quando outros meios não possam ser utilizados com a mesma finalidade;

- Quando a manutenção da ordem pública assim o exija ou os superiores do agente, com a mesma finalidade, assim o determinem.

No que respeita ao recurso a arma de fogo contra pessoas, tal só é permitido, desde que a situação ultrapasse os termos definidos anteriormente e se verifique, ao mesmo tempo, uma das circunstâncias a taxativamente enumeradas: repelir a agressão actual ilícita dirigida contra o agente ou terceiros, se houver perigo iminente de morte ou ofensa grave à integridade física; prevenir a prática de crime particularmente grave que ameace vidas humanas; e proceder à detenção de pessoa que represente essa ameaça e que resista à autoridade, ou impedir a sua fuga.

DESTAQUE – CM

Trabalho

EXECUTIVO INCENTIVA PRÁTICAS LABORAIS SEGURAS

O Governo socialista aprovou, na passada reunião de Conselho de Ministros, realizada, no dia 16, em Lisboa, um decreto-lei que cria o Programa Trabalho Seguro e regula os termos da redução da taxa contributiva a aplicar às pequenas e médias empresas (PME), face às boas práticas prosseguidas pelas mesmas.

Este diploma cria não só cria o PTS, mas também regula os termos da redução da taxa contributiva a aplicar às PME na parcela que lhes é imputável, estabelecendo uma margem entre os 10 e os 75 por cento do valor da mesma, tendo em conta as práticas prosseguidas em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Os incentivos associados ao PTS serão atribuídos a empresas que demonstrem,



claramente, possuir uma política activa de promoção das melhores práticas nos domínios referidos, não sendo suficiente o mero cumprimento da legislação, que é obrigatória para todos os agentes económicos.

O Programa Trabalho Seguro, que será gerido pelo Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), tem por objectivo contribuir para a afirmação de novas mentalidades e atitudes empresariais que reforcem a qualidade das condições de trabalho e, ao mesmo tempo, estimular a competitividade das empresas.

O PTS atribui galardões de certificação de excelência às empresas que demonstrem os mais elevados padrões de segurança, higiene e saúde laborais, o que lhes con-

fere o direito a uma redução da taxa contributiva (por um período de 12 meses) que incide, apenas, sobre os trabalhadores com os quais as empresas galardoadas tenham celebrado contrato individual de trabalho sem termo.

O financiamento dos custos decorrentes da redução da taxa contributiva é suportado por verbas do IDICT, que procederá à transferência das mesmas para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS).

As condições de elegibilidade, os critérios de excelência em segurança, higiene e saúde no trabalho e os incentivos a atribuir às empresas galardoadas, serão posteriormente regulamentados por portaria do ministro do Trabalho e Solidariedade.

ESTRASBURGO

PE

NOVA COMISSÃO EUROPEIA ELEITA POR LARGA MAIORIA



O plenário da Assembleia do Parlamento Europeu (PE) aprovou no dia 15 por larga maioria a investidura da nova Comissão Europeia chefiada pelo italiano Romano Prodi.

Por 414 votos a favor, 142 contra e 35 abstenções, o PE deu o seu aval ao novo Executivo comunitário cujo mandato terminará a 22 de Janeiro de 2005.

«Foi um momento decisivo de um grande exercício democrático», afirmou Prodi, que foi aplaudido de pé pelos eurodeputados. Prodi apertou depois a mão a cada um dos líderes parlamentares.

A votação realizou-se em várias fases. Primeiro foi votada a confirmação da nomeação de Prodi até Janeiro por 446 votos a favor, 123 contra e 23 abstenções, e depois a nomeação da nova Comissão Europeia para o mesmo período por 427 votos a favor, 138 contra e 29 abstenções. Seguiu-se depois a repetição da operação para aprovar a investidura de Prodi e da sua equipa por um mandato de cinco anos,

até 22 de Janeiro de 2005.

A nova Comissão contou com os votos dos principais grupos parlamentares — cristãos-democratas do PPE, socialistas, liberais e Verdes —, enquanto a esquerda não comunista (GUE, uma parte da Europa das Nações (JEN) e a Europa das democracias e diferenças (EDD) votou contra.

Antes da aprovação do dia 15, Romano Prodi teve de comprometer-se a reformar a Comissão a fim de evitar escândalos como os que atingiram o Executivo de Santer.

Entre outras coisas, Prodi obteve garantias de cada um dos seus comissários de que abandonarão a Comissão se ele lhes pedir que o faça.

De acordo com um código de conduta proposto pelo Parlamento e aceite por Prodi antes da sua investidura, este compromete-se a demitir qualquer dos seus comissários quando perder a confiança do parlamento ou for apresentado contra ele uma queixa em tribunal.

HELSÍNQUIA

Novo comissário europeu

ANTÓNIO VITORINO INICIOU FUNÇÕES

O novo comissário da Justiça e Assuntos Internos da União Europeia, António Vitorino, iniciou no dia 16 as suas funções no conselho informal dos ministros da Justiça e da Administração, que decorreu na cidade de Turku, Sudoeste da Finlândia.

António Vitorino chegou no dia 15 à noite a Turku, antiga capital finlandesa, tendo mantido ainda um encontro com os ministros do Interior e da Justiça da Finlândia, respectivamente, Karl Kamies e Johannes Koskinen.

De salientar que a presença do novo co-

missário europeu era aguardada com grande expectativa pelos 21 ministros da UE que participaram no conselho informal de Turku, a última contribuição dos ministros do Interior e da Justiça dos «Quinze» na preparação da cimeira especial de Tampere.

Além da preparação da cimeira especial de Outubro em Tampere, os ministros debateram no conselho informal de Turku a luta contra a criminalidade financeira, acesso à justiça, o sistema único de asilo político na UE e a luta contra a imigração ilegal.

TIMOR-LESTE

Força multinacional

PRESIDÊNCIA DA UE CONGRATULA-SE COM DECISÃO DA ONU

A presidência da União Europeia congratulou-se no passado dia 15 com a decisão do Conselho de Segurança da ONU de aprovar uma força multinacional para Timor-Leste. A ministra dos Negócios Estrangeiros da Finlândia informou em Estrasburgo que a UE pediu às autoridades indonésias acesso livre a Timor-Leste da Echo (organismo comunitário responsável pela ajuda humanitária).

«Queremos que a ajuda humanitária chegue imediatamente ao território», disse Tarja Halonen em declarações aos jornalistas.

A chefe da diplomacia finlandesa acrescentou que a resposta das autoridades da Indonésia era em princípio positiva, mas disseram não estar em condições para garantir a segurança em Timor-Leste.

A presidente do Conselho de Ministros dos Quinze confirmou ainda a existência de uma verba de 1,6 milhões de contos para ajuda humanitária para além do apoio dos vários

Estados-membros da EU, entre os quais se encontra Portugal.

Halonen fez de resto no plenário do PE muitas críticas em relação ao comportamento das autoridades indonésias em Timor-Leste.

Segundo a ministra dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, há provas do colaboracionismo da polícia e militares indonésios nas acções de terror desencadeadas pelas milícias.

Julgamento dos responsáveis pelas atrocidades

A ministra finlandesa, que discursava no plenário do Parlamento Europeu (PE), acusou ainda a Indonésia de não ter sido capaz de garantir a segurança em Timor-Leste. Finalmente pediu que os responsáveis pelas atrocidades cometidas fossem levados a julgamento.



TIMOR-LESTE

Ajuda

UE E REINO UNIDO DISPONIBILIZAM 1365 MIL CONTOS

A União Europeia (UE) disponibilizou no dia 14 de imediato dois milhões de euros (400 mil contos) para apoio às organizações humanitárias que apresentem projectos para intervir de urgência em Timor-Leste. A decisão da UE segue-se ao anúncio pelo Reino Unido da concessão de cinco milhões de dólares (965 mil contos) de ajuda a Timor-Leste para, nomeadamente, voltar a pôr em marcha a missão da ONU no território.

Tomada pela direcção-geral do Orçamento da UE, a decisão contempla ainda a aprovação de mais seis milhões de euros (1,2 milhões de contos) a serem disponibilizados em duas fases até ao fi-

nal do ano.

Paralelamente, e apesar de não haver ainda uma «base objectiva de avaliação», a Comissão Europeia tenciona também apoiar financeiramente a reconstrução de Timor-Leste e a reinserção de refugiados.

Propostas de reforço orçamental

Os eurodeputados socialistas vão, no entanto, apresentar desde já cinco propostas de reforço orçamental no valor de 20 milhões de contos com aquele objectivo, até porque, como explicou o eurodeputado do PS Paulo Casaca, «este é um processo relativamente longo».

«CHIP-CARD» DO CONTRIBUINTE

Os portugueses vão dispôr, a partir de Outubro, de um cartão de contribuinte electrónico, tipo *chip-card*, que lhes permitirá recolher informações e tratar de assuntos fiscais através do multibanco.

O anúncio foi feito, no dia 20, no Porto, pelo ministro das Finanças, Sousa Franco.

O governante, que falava na sessão de apresentação do novo cartão, salientou a utilidade que ele terá para os contribuintes, que assim «evitarão as filas de espera nas repartições de finanças e terão acesso a vários meios informáticos novos».

«Trata-se de mostrar que não existe um conflito de interesses entre a Administração Fiscal e o contribuinte e que há um total respeito por este», referiu.

Segundo Sousa Franco, os contribuintes terão acesso aos dados do cadastro central sobre a sua situação fiscal e poderão utilizar o cartão para «cumprir as suas obrigações fiscais a tempo».

O cartão terá um *chip* com capacidade para conter um conjunto de informações personalizadas e, tal como os cartões Multibanco, terá um código de acesso.

Para já, o novo cartão apenas será operacional em equipamentos informáticos instalados nas repartições de finanças, mas brevemente, de acordo com o ministro, poderão ser utilizados em



toda a rede Multibanco, em quiosques multimédia e com o recurso a computadores pessoais.

A substituição dos cartões actuais pelos novos será feita progressivamente e sem data limite de conclusão.

Os novos contribuintes receberão de imediato o *chip-card*, enquanto os antigos verão os cartões substituídos de acordo com os procedimentos habituais da Administração Fiscal - por ordem alfabética e de acordo com a sua categoria fiscal.

Numa primeira fase, o cartão permitirá aos contribuintes assinar mensagens electrónicas para a Administração Fiscal e o acesso *self-service* a um conjunto de serviços automatizados.

O utente poderá ainda aperceber-se mais facilmente do estado de actualização dos seus dados de identificação e transmitir as alterações à administração fiscal.

A prazo, de acordo com as informações transmitidas pelo Ministério das Finanças, o contribuinte poderá directamente alterar dados como a morada, requerer certidões ou segundas-vias, consultar matrizes prediais e aceder a um mais amplo conjunto de informações disponíveis na chamada «repartição de finanças virtual». Antes de apresentar este cartão, Sousa Franco assinou, com representantes da Holanda uma convenção que põe fim à dupla tributação das empresas que operam nos dois países.

Esta convenção visa incrementar o investimento estrangeiro em Portugal, já que as regras fiscais ficam mais definidas e claras.

Recorde-se que, neste mandato, o Governo socialista assinou 20 convenções deste tipo, enquanto que nos 30 anos anteriores foram assinados apenas 15.

Nos próximos dias serão assinados protocolos semelhantes com a Suécia e Dinamarca.

PROGRAMA GLOBALMENTE EXECUTADO

O programa do Ministério da Agricultura e Pescas para os anos 1996/1999 foi «globalmente executado», tendo apenas ficado por cumprir uma medida, referente ao alargamento do âmbito das indemnizações compensatórias.

Foi este o quadro desenhado no dia 15 pelo ministro da Agricultura e Pescas, Capoulas Santos, no decorrer da apresentação, no Solar do Vinho do Porto, em Lisboa, do balanço da actividade governativa em matéria de Agricultura e Pescas na legislatura ainda em vigor.

«Sinto a consciência tranquila pois o programa do Governo [para a Agricultura e Pescas] foi globalmente executado», disse. Acrescentou que «apesar de algumas condicionantes, tais como as más condições climáticas e a crise asiática, o balanço é globalmente positivo».

As prioridades do Ministério da Agricultura nestes últimos quatro anos foram - como adiantou Capoulas Santos - a água, ou seja, o regadio, a floresta e a agricultura competitiva, em especial na sua componente agro-rural.



Medidas mais relevantes

O ministro passou em revista as medidas «mais relevantes» que o seu Ministério adoptou e aplicou naquele período, destacando o Programa Nacional de Regadio

para os próximos sete anos, que «triplicará a área irrigada», o aumento da área florestada, o crescimento da verbas atribuída ao investimento nas explorações agrícolas e agro-industriais.

A redução no custo do gasóleo agrícola

(- 19 por cento), na electricidade verde (- 20 por cento) e nas taxas de juro (-40 por cento), o acréscimo dos apoios à viticultura, horticultura, fruticultura e olivicultura e a criação do Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoridades Climáticas foram outros dos «trunfos» referidos por Capoulas Santos para justificar o balanço positivo da legislatura.

Por cumprir ficou, nas palavras do próprio ministro, uma única medida: o alargamento do âmbito dos destinatários das Indemnizações Compensatórias (IC) para as regiões desfavorecidas, um «incumprimento» cuja responsabilidade Capoulas Santos atribuiu ao governo anterior.

«Quando chegámos ao Governo constatámos que não tínhamos condições para cumprir essa medida (IC), uma vez que o anterior governo, no âmbito do II Quadro Comunitário de apoio (QCA), incluiu as ajudas no FEOGA-orientação quando o deviam ter sido no FEOGA-Garantia, situação que já corrigimos para o III QCA», explicou o ministro.

IMIGRAÇÃO

Minorias Étnicas

EMPURRAR O TEMPO

Ao fim quatro anos de trabalho como alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, José Leitão faz um balanço positivo da actuação do ACIME, sem deixar de confessar um sonho: «Constituir um País em que cada cidadão construa livremente a sua identidade individual, no respeito ou na dissidência face à sua herança cultural ou aproveitando dela o que melhor lhe aprouver» e que «o diálogo intercultural, a cooperação, a solidariedade, o respeito pela dignidade humana de todos os cidadãos seja a regra de vida da nossa sociedade».

O alto-comissário José Leitão garantiu, no passado dia 10, em Lisboa, que desde 1996 o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) procurou «empurrar o tempo ao encontro da cidade futura».

O alto-comissário falava durante a cerimónia pública de apresentação do relatório «A Integração dos Imigrantes e das Minorias Étnicas – Linhas de Actuação do ACIME 1996/99», que decorreu, simbolicamente, no Padrão dos Descobrimentos. «Um importante caminho foi percorrido nestes últimos quatro anos: A grande maioria das traves-mestras legislativas já estão em vigor, mas não ignoramos tudo o que há para fazer no sentido de massificar as respostas para que as boas práticas se tornem a regra geral e para que as leis pro-



duzarem todos os seus frutos», disse José Leitão, num «prestar de contas sumário», mas com balanço positivo.

Segundo o responsável máximo do ACIME, «a criação de um órgão empenhado em promover a colaboração transversal entre os diversos departamentos e ministérios que têm a ver com a integração dos imigrantes e das minorias étnicas revelou-se corresponder a uma necessidade incontornável».

Na opinião de José Leitão, o Executivo socialista assumiu realisticamente a condição de Portugal como país de imigração

ao constituir o ACIME, postura que o Comité para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas saudou nas conclusões finais da apreciação da situação portuguesa actual neste sector.

Provedoria social

Declarando-se consciente das expectativas que giram em torno do Alto Comissariado, José Leitão disse que a necessidade de corresponder levaram à constituição e desenvolvimento de serviços de apoio directo aos cidadãos imigrantes.

Estes serviços passaram pela actuação do ACIME no âmbito do que o alto-comissário chamou de «provedoria social», pelo estabelecimento de parcerias e pela pretensão de criar condições para o maior apoio técnico e logístico a associações de imigrantes e minorias étnicas.

Com a apresentação pública do relatório «A Integração dos Imigrantes e das Minorias Étnicas» o máximo representante do ACIME assegurou pretender chamar a atenção apenas para as linhas de preocupação geral da actuação deste organismo. Para além de «contribuir», «acompanhar» e «colaborar» as acções transversais desenvolvidas pelo Governo em matéria de integração de imigrantes e minorias étnicas, o alto-comissário salientou todo um trabalho de promoção de iniciativas e parcerias estratégicas, bem como toda a ac-

tividade desenvolvida no plano legislativo. Passando ao plano do que resta por fazer, apesar do árduo trabalho, no panorama da integração, José Leitão frisou a importância de áreas como a formação profissional, o acesso à saúde e a criação de condições para uma melhor relação entre o imigrante e a administração pública.

«Não ignoramos também, por exemplo, a necessidade de continuar a agir em matéria de integração dos cidadãos portugueses ciganos, em áreas como a institucionalização dos mediadores culturais; o acesso à habitação, a criação de parques para nómadas; no assegurara uma nova oportunidade aos não-escolarizados ou na institucionalização do diálogo com as associações ciganas e as autarquias locais», avançou.

Lembrando que durante séculos Lisboa foi um cais de embarque para todos os continentes e um local onde se cruzaram povos e culturas, o responsável do ACIME frisou o facto de a metrópole alfacinha se ter tornado um «porto de abrigo para povos com os quais estabelecemos muitas vezes laços de sangue e de cultura».

«Se não podemos hoje evitar o escravagismo ou a inquisição que marcaram outros tempos, podemos construir, em matéria e integração dos imigrantes e das minorias étnicas, um futuro que esteja à altura dos laços de sangue e de cultura que criámos», concluiu. **MARY RODRIGUES**

NOVAS TECNOLOGIAS

Luta contra exclusão

«COM AS MINORIAS» NA INTERNET

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, apresentou, no dia 17, em Lisboa, o endereço Internet do projecto «Com as Minorias», desenvolvido pelas associações de imigrantes que o integram (www.mimaior.pt).

A cerimónia decorreu no Pavilhão do Conhecimento, no Parque das Nações, onde, em seguida, crianças dos bairros onde se localizam as associações visitaram as exposições interactivas de ciência no Pavilhão.

Participaram na mesma sessão de apresentação do *web site* do projecto «Com as Minorias» os ministros dos países de língua portuguesa que se encontram em Lisboa por ocasião da I Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe).

Esta reunião, que decorreu de manhã, à porta fechada, e cujos resultados foram apresentados em conferência de imprensa ao princípio da tarde, abordou a situação em Timor Lorosae, contando com a



presença, como observador, de um representante do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT).

São sete as associações de imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa que funcionam como pólos difusores do projecto «Com as Minorias», integrado no Programa Cidades Digitais, da responsabilidade do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT): a Associação Cabo-verdiana, a Associação Guineense de Solidariedade Social/Aguinense, a Associação Unidos de Cabo Verde, a Associação SOS/Defesa dos Angolanos, a Associação Espaço da Comunidade Cabo-verdiana em Portugal/

Eco-Co, a Associação Cultural Luso-Africana/Morna e a Associação Cabo-verdiana de Setúbal.

Este projecto, que envolve ainda o alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, José Leitão, as câmaras municipais de Amadora, Oeiras e Setúbal e o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, visa constituir uma acção exemplar de apoio à integração social de populações em risco de exclusão, por via do acesso e aprendizagem nas tecnologias da informação.

Um dos pressupostos do projecto «Com as Minorias» é o combate à info-exclusão, que atinge sobretudo as camadas mais desfavorecidas da sociedade.

É convicção do MCT que o acesso de grupos desfavorecidos às tecnologias de informação e de comunicação poderá auxiliar a aprendizagem e a valorização escolar e profissional, nomeadamente dos jovens dessas comunidades.

Este projecto contribui também para o reforço da identidade cultural e perspectivas de vida das populações envolvidas, bem como para a sua integração numa sociedade da informação aberta e pluralista.

O projecto está a ser desenvolvido pelas sete associações de imigrantes acima referidas, localizadas na Área Metropolitana de Lisboa, abrangendo populações imigradas que habitam as áreas de influência dessas associações.

Nas associações foram instalados computadores multimédia ligados à Internet, através da Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade, permitindo o acesso das populações à informação e à formação. As acções são dinamizadas por monitores locais especialmente treinados para o efeito.

Recorde-se que o programa «Cidades Digitais», no qual esta acção se inscreve, foi lançado no início de 1998.

Além do combate à exclusão social, três outros grandes vectores de desenvolvimento estão a decorrer noutras cidades: melhorar a vida urbana (Aveiro); combater a interioridade (Guarda e Bragança); reforçar a competitividade económica e o emprego (Marinha Grande).

Em fase de preparação estão projectos nas cidades do Vale do Lima, Vale do Ave, Braga, Viseu, Setúbal, Vila Real e Castelo Branco.

IMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS EM BOAS MÃOS

O Executivo socialista tem procurado, ao longo de quatro anos de governação, concretizar uma política de integração dos cidadãos estrangeiros e dos membros de etnias minoritárias residentes no território nacional, sempre no respeito pelos princípios institucionais.

As garantias estão dadas no relatório «A Integração dos Imigrantes e das Minorias Étnicas – Linhas de Actuação do ACIME 1996/99», apresentado, no passado dia 10, no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, numa cerimónia presidida pelo alto-comissário, José Leitão.

«Um novo olhar de solidariedade e cooperação com os imigrantes e as minorias étnicas foi acompanhado de novas políticas, aberta a parcerias múltiplas», lê-se no texto introdutório ao relatório preparado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

No primeiro dos cinco capítulos em que é estruturado este documento de 83 páginas, faz-se notar que, com a administração do PS, «pela primeira vez, conceitos como imigrante e minoria étnica (ciganos) foram utilizados no Programa de Governo e diversas políticas, incluídas nas competências de diversos ministérios, foram nele expressamente referidas, sendo criado um alto-comissário».

O relatório frisa também que houve, por parte do Governo socialista, um reconhecimento de que novos desafios se colocam a um Portugal que se assume como país de imigração, tornando-se necessário a implementação de medidas de integração na sociedade das famílias de imigrantes, em geral, e das minorias étnicas, para deste modo serem evitadas situações de marginalização geradoras de xenofobia e racismo.

1996 – Direito de voto e de eleição local

O primeiro ano de actividade do ACIME ficou marcado por uma intervenção directa deste organismo em todas as fases do processo de regularização extraordinária dos imigrantes que se encontravam em situação irregular.

Desde o começo, o Alto Comissariado desenvolveu uma acção virada para a informação e o esclarecimento dos imigrantes e minorias étnicas, sobre os seus direitos, o que se designou por Provedoria Social, para além de publicar mensalmente uma folha informativa enviada a 250 entidades, entre as quais associações de imigrantes ou que com eles trabalham.

O ACIME, segundo constata o relatório, participou em debates com associações de imigrantes durante o processo de elaboração da lei que consagra o direito a votar e ser eleito a nível local, por parte de cidadãos comunitários e não comunitários.



Foi ainda por proposta do Alto Comissariado que o Executivo de António Guterres criou um Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos, uma equipa que visa analisar de forma pormenorizada as dificuldades relativas à integração na sociedade portuguesa dos cidadãos de etnia cigana, e elaborou um conjunto de propostas com vista a eliminar situações de exclusão social.

Quanto ao ensino, para além de despachos sobre currículos alternativos e a criação de territórios educativos, desenvolveram-se acções formativas multiculturais, através do «Entreculturas» - Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação. Em matéria de avanços na protecção social dos imigrantes, o relatório do ACIME refere medida marcante o Rendimento Mínimo Garantido.

Na área da habitação foram tomadas medidas para acelerar e flexibilizar a execução do Programa Especial de Realojamento (PER) através, nomeadamente, do PER Famílias, que abrange naturalmente os cidadãos estrangeiros residentes em Portugal e em situação regular.

1997 – Guerra ao racismo e xenofobia

No seu segundo ano de existência, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas desenvolveu uma acção contínua, dirigida a assegurar a igualdade de direitos e a inserção dos cidadãos portugueses de etnia cigana, pelas actividades desenvolvidas no quadro do Ano Europeu Contra o Racismo e pela cooperação com diversas entidades, com o objectivo de garantir uma integração de qualidade dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Foi precisamente no âmbito do Ano Europeu Contra o Racismo que muitos projectos tiveram a chancela do ACIME, entre eles o I Encontro Nacional de Ciganos – Igualdade e Cidadania, realizado em Outubro de 1997, durante a Feira da Agricultura de Santarém, e em que se estudaram diversos problemas que se colocam à inserção dos ciganos nas áreas da Habitação, Educação e Promoção (actividades profissionais, por exemplo).

Outra das iniciativas que contaram com a participação activa do Alto Comissariado, destacável pelo seu «impacto duradouro», foi o encontro «Prevenção do Racismo no Local de Trabalho» e a exposição «Anne Frank – Uma História para Hoje».

O ACIME procurou, em 1997, potenciar os meios de que dispunha, mediante a assinatura de protocolos celebrados com diversas entidades ligadas ao Desporto, à Cultura e à Administração Interna. Especial destaque merece o apoio social para imigrantes carenciados, fruto de um acordo de cooperação que o Alto Comissariado estabeleceu com a Câmara Municipal e Lisboa e com a OCPM, bem como o Programa-Piloto de Retorno Voluntário.

Durante este período, o ACIME participou ainda no processo de elaboração de legislação que visou facilitar a integração de imigrantes e no aperfeiçoamento do quadro legal relativo a refugiados, recenciamentos e pedidos de asilo.

1998 – Info-exclusão na mira

As actividades desenvolvidas no ano de 1998 pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas traduziu-se em novas parcerias que permitiram contribuir para uma integração de qualidade da co-

munidade estrangeira e numa participação na elaboração de lei relevantes para a mesma, para além do prosseguimento das iniciativas já em curso como o desporto das comunidades imigrantes ou a luta por uma sociedade não racista ou ainda pela igualdade de oportunidade para os ciganos.

Também o ano passado foi celebrado e começado desde logo a executar o protocolo referente ao projecto «Pelas Minorias», integrado no Programa Cidades Digitais do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O projecto visa construir uma acção exemplar de apoio à integração social de populações em risco de marginalização, de origem imigrante, combatendo a info-exclusão e permitindo um acesso mais democrático à sociedade da informação.

O ACIME participou em 1998 no processo legislativo que levou à aprovação da nova lei do trabalho de estrangeiros, mantendo o diálogo com as associações de imigrantes, sindicatos, juristas e outros interessados.

Na procura de medidas adequadas para prevenir e combater o Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Sida), designadamente entre imigrantes e minorias étnicas, o Alto Comissariado fez-se representar no Grupo Sida e Mobilidade – Rede Europeia, constituído há um ano.

Por seu turno, a actividade da Provedoria Social traduziu-se na prestação de informação aos imigrantes sobre os seus direitos, as leis que mais lhes dizem respeito e o encaminhamento para os serviços competentes da Administração Pública, sobretudo no cenário de conflito armado que afectou a população da Guiné-Bissau.

1999 – Continuidade e inovação

No presente ano, o ACIME tem como programa de trabalho continuar a contribuir para a execução do programa de Governo, colaborando, nomeadamente, com os ministérios e as entidades que possam ser parceiros na integração harmoniosa dos imigrantes e das minorias étnicas na sociedade portuguesa.

Como nos anos anteriores, para aumentar os meios de apoio disponíveis, o Alto Comissariado promoveu a celebração de um conjunto de protocolos, formando também novas parcerias.

Nas áreas da Formação Profissional, da Promoção do Emprego e da Inserção Social estão previstas comparticipações financeiras num volume total de 657,250 milhões de escudos.

A maior fatia do bolo financeiro foi destinada a 500 estágios (366,250 milhões de escudos). A formação profissional ficou beneficiada com 150 mil contos, os 50 ILE's com 56 mil contos, as dez Univas com 55 mil contos e, por fim, os programas de formação/emprego serão apoiados com 30 mil contos.

M.R.

SEIS MIL MILHÕES NA ENCRUZILHADA DA MUDANÇA

O relatório do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) 1999 vinha o dever mundial de fornecer serviços básicos para o desenvolvimento global, no âmbito das parcerias entre os governos e a sociedade civil.

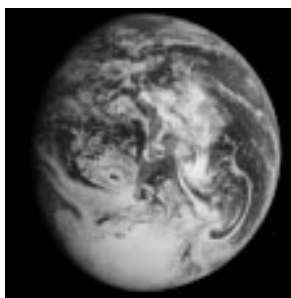
Mau grado a escassez dos recursos, as conclusões do documento realçam o imperativo de acautelar o perigo de ruptura nas crescentes ajudas a curto prazo, como alternativa a um investimento sustentado e orientado para o progresso.

«A Situação da População Mundial 1999» é o título de relatório, subordinado ao tema «6 Mil Milhões: Chegou a Hora de Escolher», com 76 páginas, cinco capítulos e numerosas caixas, gráficos, diagramas, quadros e indicadores.

Os capítulos vão desde a introdução, que incide nas tendências demográficas, saúde e sexualidade, igualdade de géneros, parcerias e recursos, até ao crescimento da população e à sua nova distribuição à escala planetária.

São o resultado do trabalho da sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, reunida entre os dias 30 de Junho e 2 de Julho, para analisar o programa de acção para 20 anos saído da Conferência Internacional sobre Populações e Desenvolvimento (CIPD), que decorreu no Cairo (1994) com a participação de 179 países.

Este programa de acção, visando um maior acesso à educação, cuidados de saúde, correcção da discriminação de géne-



ros nas vertentes da propriedade e emprego, bem como da violência contra as mulheres, foi inserido no contexto do crescimento e mudanças demográficas.

Em consequência, passou a ser articulada com a subida da esperança de vida, descida da taxa de fecundidade, aumento das migrações internas e internacionais, e um «boom» inédito de jovens.

Depois da conjugação do binómio população/desenvolvimento pela CIPD, dois terços dos países adoptaram medidas legislativas específicas, metade reviu as suas políticas e um terço fê-las coincidir com o programa de acção.

No final do século, as regiões com um crescimento demográfico mais elevado são a África sub-sariana e a Ásia Ocidental e Meridional, em contraste com o abrandamento ou estagnação verificados

na Europa, América do Norte e Japão. Os Estados Unidos são o único país industrializado em que as projecções dão grandes aumentos demográficos, devidos à imigração.

No universo de 6000 milhões de almas - efeméride a assinalar a 12 de Outubro próximo -, 1000 milhões nada têm para satisfazer as carências mais elementares.

Dos 4800 milhões radicados nos países em desenvolvimento, quase 3000 milhões vivem sem saneamento, 1500 milhões não têm água potável e 1000 milhões não dispõem de acesso a serviços de saúde ou de qualquer tecto para os cobrir.

No entanto, a população continua a aumentar a um ritmo superior a 70 milhões por ano e a esperança de vida global subiu de 56 para 66 anos desde 1950, a ponto de, hoje, metade da Humanidade já ter menos de 25 anos.

O crescimento, porém, difere por países e regiões, ainda que 80 por cento habite nos países em desenvolvimento, foco de 95 por cento do aumento demográfico.

Os africanos triplicaram desde 1960 e continuam a apresentar o «boom» mais rápi-

do do planeta: serão três vezes mais que os europeus em 2050 quando, há 30 anos, eram a metade.

Em três décadas, o fenómeno da duplicação ocorreu igualmente na Ásia - o continente mais densamente povoado -, América Latina e Caraíbas.

Na América do Norte cresceram apenas 50 por cento e na Europa 20 por cento, estabilizando de um modo geral.

O número de megacidades com mais de 10 milhões de habitantes era de 2 em 1960, presentemente é de 17 e em 2015 será de 26, das quais 22 em regiões pouco desenvolvidas e, destas, 18 na Ásia.

Mas, se em 1960 uma de cada três pessoas vivia numa cidade, recentemente é metade da população mundial (3.000 milhões) e será 60 por cento em 2030.

Os migrantes também aumentaram de 75 milhões em 1965 para 120 milhões em 1990.

Em síntese, a questão vital reside em saber como fornecer alimentos e água a tanta gente, até porque a produção mundial de cereais «per capita» estagnou há uma década e a terra de cultivo vai diminuindo.

PROJECTO «MILLENIUM»

Pina Moura alerta

EMPRESÁRIOS TURÍSTICOS «NÃO SE PODEM DEITAR À SOMBRA DA BANANEIRA»

O ministro da Economia alertou em Sagres os empresários turísticos para o facto de não se poderem «deitar à sombra da bananeira» ainda que a «bananeira» no que respeita a dados do sector revele indícios expansionistas.

Pina Moura falava no final da apresentação do «Projecto Millenium Algarve», que decorreu no dia 16 na Fortaleza de Sagres. O ministro da Economia sublinhou que além das «sólidas perspectivas de trabalho e dos projectos existentes para o futuro, o mais importante é continuar a ter consciência de que há muito a fazer para consolidar o turismo como um dos sectores estratégicos da economia portuguesa no limiar do novo século».

«É nos bons momentos que as actividades económicas preparam as condições para que possam enfrentar com segurança os naturais ciclos económicos de altos e baixos, e para que os momentos menos bons não se repercutam na viabilidade das actividades económicas e nas condições de vida dos cidadãos», sublinhou.

De acordo com Pina Moura, o ano de 1999 ficará como «um marco importante do turismo português», apesar dos bons resultados obtidos no ano transacto muito rela-

cionados com a realização da Expo 98, mantendo o cenário expansionista tanto em relação ao número de visitantes como na evolução das receitas.

«Os movimentos reais até Agosto e as perspectivas existentes para o ultimo quadrimestre leva-nos a afirmar que 1999 ficará como um marco importante do turismo português», sublinhou.

Combater a sazonalidade

Segundo o governante, enquanto o número de visitantes que previsivelmente visitam Portugal até final do ano se estima em cerca de 27 milhões, dos quais 11,6 milhões pernoitam pelo menos uma noite no País, as receitas, de acordo com as previsões existentes até final de Agosto, podem ascender a 900 milhões de contos.

Em relação ao projecto Millenium apresentado pela Região de Turismo do Algarve (RTA), Pina Moura afirmou tratar-se de um programa que vem combater a sazonalidade que caracteriza a actividade turística e, através do conjunto de eventos previstos, confirmar e ampliar os resultados alcançados pelo sector no corrente ano.

SAÚDE

Protocolo de cooperação

MINISTÉRIO E PT ACORDAM CRIAÇÃO DE REDE INFORMÁTICA

O Ministério da Saúde e a Portugal Telecom (PT) formalizaram recentemente um protocolo de cooperação que prevê a criação de uma Rede de Informação da Saúde (RIS), através do «módulo de gestão de centros clínicos».

Englobando um vasto leque de projectos que têm como objectivo a criação de uma «intranet», este protocolo prevê a cedência pela PT de um software às instituições do Ministério da Saúde, software já disponível nos centros clínicos da Associação de Cuidados de Saúde da operadora de telecomunicações.

Este instrumento de trabalho foi considerado como um «módulo prático, facilitador da gestão da saúde a nível nacional, na perspectiva de fornecer aos profissionais deste sector uma maior operacionalidade e capacidade de decisão no trabalho diário» pelo secretário de Estado da Saúde,

Francisco Ramos, um dos subscritores do acordo.

Facilitar marcação de consultas

Para além de facilitar a marcação de consultas, evitando as listas de espera, este módulo também auxiliará os médicos nos seus diagnósticos e posterior prescrição de tratamentos.

Segundo Murteira Nabo, presidente da Portugal Telecom, este protocolo visa «implementar uma estratégia de cooperação da empresa com o Ministério da Saúde».

O protocolo prevê também que num futuro próximo se venha a proceder a um desenvolvimento da telemedicina e de outras aplicações e soluções informáticas para a melhoria da rede de informação da saúde.



Albufeira

Geminação com ilha do Sal

Para assinalar o 2º aniversário da assinatura do acordo de geminação com a ilha do Sal (Cabo Verde), a Câmara Municipal de Albufeira organizou um programa de comemorações, a decorrer de 20 de Setembro a 31 de Outubro, que inclui um ciclo de cinema, uma exposição de pintura e um espectáculo musical.

Braga

Mais escolas e melhores estradas

A Câmara de Braga aprovou a realização de obras nas freguesias rurais para melhorar as estradas e construir escolas, no valor de 90 mil contos.



O Executivo municipal deliberou também alienar uma parcela de terreno por 55.777 contos em favor da Escola Profissional de Braga para a implantação das instalações definitiva do estabelecimento de ensino. A Câmara decidiu permutar terrenos com o Centro Paroquial de São Lázaro, na Urbanização do Fajal, e transferir verbas para as freguesias no âmbito do programa de infra-estruturas florestais.

O município vai ainda avançar com o programa de auxílios económicos a estudantes carenciados, o qual, numa primeira fase, compreende apoios a 2327 alunos do primeiro ciclo do Ensino Básico que serão contemplados com 10.396 contos.

Agenda Cultural Municipal

O município ratificou acordos com a Universidade do Minho para a colocação na Internet da Agenda Cultural municipal e para apoio ao grupo universitário de jazz, e com diversas associações culturais que receberão apoios de 1800 contos.

Cabeceiras de Basto

Bolsas de estudo para alunos carenciados

O Executivo da Câmara de Cabeceiras de Basto aprovou o regulamento da concessão de bolsas de estudo que se destinam a possibilitar a frequência do ensino secundário e superior a jovens residentes no concelho, que por falta de meios se vêm impossibilitados de o fre-

quentar, permitindo, deste modo, diminuir as assimetrias e criar condições de igualdade de oportunidades.

Cascais

I Festival de Bandas Filarmónicas

Numa iniciativa da Câmara de Cascais, realizou-se no passado fim-de-semana o I Festival de Bandas Filarmónicas do Concelho de Cascais.



Assim, no dia 18 realizou-se um desfile com partida da Estação da CP em direcção ao jardim Júlio Moreira e ainda uma actuação nas ruas do centro da vila de Cascais.

No dia 19, de manhã, as bandas realizaram uma arruada pelas ruas do centro da vila.

Edilidade apoia actuação da AMI em Timor Lorosae

A Câmara de Cascais vai entregar um subsídio no valor de 10 mil contos à AMI - Assistência Médica Internacional para apoiar as suas acções que irão ser desenvolvidas no território de Timor Lorosae.

Faro

Geminações com município de Timor

A Câmara de Faro aprovou a abertura de uma rubrica no Plano de Actividades e no Orçamento do próximo ano destinada a geminações com municípios de Timor.

Essa rubrica será dotada com uma verba de cerca de seis mil contos.



Ovar

Praia limpa praia segura

A praia de Esmoriz foi este ano distinguida com o prémio «Praia limpa praia segura», como sendo uma das 11 praias mais limpas do País.

O prémio foi entregue pela ministra do Ambiente, Elisa Ferreira.

Para o presidente da Câmara, Armando França, «este prémio é motivo de grande alegria, constituindo uma compensação para o trabalho e obras que a Câmara tem realizado na praia de Esmoriz».

Porto

Desfolhada tradicional na Quinta de Bonjói

No passado dia 18, pelas 17 horas, na Quinta de Bonjói, a Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã realizou, com a colaboração do Rancho Folclórico do Porto, a reconstituição de uma desfolhada tradicional.



A iniciativa, inserida no projecto «A Quinta em Festa», teve como objectivo a revitalização cultural do Vale de Campanhã e a divulgação à cidade da Quinta de Bonjói.

Sintra

Casas para 43 famílias carenciadas

Quarenta e três famílias do concelho de Sintra receberam no dia 12 as chaves de casas novas entregues pela autarquia no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER).

De acordo com o levantamento feito em 1993 existiam no concelho 1591 barracas e foram já realojadas 708 famílias, incluindo a entrega do dia 12.

O programa estará completo quando forem realojadas as restantes 883 famílias e segundo a presidente da autarquia, Edite Estrela, «estão a ser feitos esforços para que o processo fique concluído no final do ano 2000». O vereador da autarquia responsável pelos Assuntos Sociais, Viegas Palma, disse que estão já construídas mais 36 habitações e 188 fogos em fase de construção e cuja conclusão está prevista para Março ou Abril do próximo ano.

«Para as restantes habitações existem já protocolos assinados com as empresas construtoras, faltando, no entanto, a aquisição de

terrenos para a construção de 264 fogos», adiantou o vereador.

O realojamento destas 43 famílias custou cerca de 400 mil contos e o investimento total das 708 famílias já realojadas ronda os cinco milhões de contos.



Das famílias contempladas nesta fase, 32 vão ser realojadas na Serra das Minas, em Rio de Mouro, e as restantes em fogos camarários dispersos pelo concelho.

Viegas Palma salientou que quer nos bairros destinados apenas a habitação social quer nas zonas residenciais que recebem estas famílias, são sempre assegurados os respectivos equipamentos sociais.

O PER/Sintra poderá, no entanto, estar concluído apenas no final de 2001, uma vez que a autarquia pediu uma prorrogação de um ano, devido a atrasos na aquisição dos terrenos.

Torres Vedras

Solidariedade com Timor

A Câmara Municipal de Torres Vedras, reunida em 7 de Setembro, deliberou manifestar a sua solidariedade para com o povo irmão de Timor, e apelar ao Conselho de Segurança da ONU o envio urgente de forças de paz para o território.

Vila Real de S. António

Câmara promove recepção ao professor

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António organizou no dia 15 a recepção ao professor 1999/2000.



Tratou-se de uma iniciativa aberta a todos os docentes colocados nos jardins-de-infância, escolas básicas e secundárias do concelho.

PS EM MOVIMENTO

ALMODÔVAR

Declaração sobre Timor

A Comissão Política Concelhia do PS/Almodôvar, reunida no dia 16, aprovou por unanimidade uma declaração sobre Timor, na qual condena «energicamente o terror e a violência que as milícias e o exército indonésio impuseram em Timor-Leste desde o referendo sobre a independência».

Na declaração, entre outros pontos, o PS/Almodôvar manifesta «de forma inequívoca a sua solidariedade para com a população de Timor Lorosae que ao longo de 24 anos sofreu com a opressão imposta pela Indonésia na sua terra, e foi agora vítima de nova barbárie e novo genocídio».

BEJA

Contactos com a população

Nos dias 17, 18 e 19 os candidatos do PS à Assembleia da República pelo círculo de Beja continuaram a privilegiar as acções de porta a porta, tendo em vista o contacto «in loco» com as populações do Baixo Alentejo.

Assim, no dia 17 a caravana do PS percorreu as freguesias de Vila Verde de Ficalho, Sobral da Adiça, S. Aleixo e o concelho de Barrancos.

No dia 18 os candidatos continuaram as acções de porta a porta nos concelhos de Aljustrel e Almodôvar, visitando diversas freguesias.

No dia 19 realizou-se uma homenagem aos militantes com mais de 80 anos do concelho de Aljustrel.

A iniciativa decorreu no Vitorino's Bar, seguindo a caravana para a Feira Anual de Ferreira do Alentejo.

ÉVORA

Candidatos nas escolas

Os candidatos a deputados do PS pelo círculo eleitoral dedicaram o dia 15 de Setembro à Educação, tendo visitado duas novas escolas de ensino básico e secundário construídas na legislatura que agora termina: as escolas EB 2.3 de Reguengos de Monsaraz e EBI de Alcáçovas.

Durante esta legislatura foi ainda concluída a escola EB 2.3 de Moura e ampliada a escola EB 2.3 Sebastião da Gama de Estremoz.

MADEIRA

Pré-campanha

O líder do PS/Madeira, Mota Torres, defendeu no dia 12 uma «correcta aplicação» do III Quadro Comunitário de Apoio por todos os concelhos da Região.

O camarada Mota Torres fez esta declaração no concelho de Câmara de Lobos, no âmbito das iniciativas de pré-campanha eleitoral para as eleições legislativas nacionais de 10 de Outubro.

O líder do PS/Madeira defendeu, em Câmara de Lobos, que esses apoios devem incidir na agricultura (apoios aos produtores de banana) e nas pescas, actividades que têm grande expressão neste concelho. O reforço da vigilância da Zona Económica Exclusiva, melhoramento da frota pesqueira e incentivos aos pescadores foram outras medidas defendidas pelo líder socialista madeirense.

Mota Torres salientou ainda a política desenvolvida pelo Governo de António Guterres em defesa das especificidades da Madeira e dos Açores no âmbito da política comunitária.

Guterres não perde tempo com Jardim

«O meu compromisso de solidariedade não é com nenhuma personalidade nem com nenhuma entidade da Madeira, mas com o povo madeirense e porto-santense», afirmou no dia 19 o secretário-geral do PS, António Guterres, num comício do PS/Madeira, realizado em Machico.

«Podem dizer de mim o que quiserem, e acusarem-me do que quiserem, mas não perderei tempo a responder porque todo o tempo é pouco para trabalhar pela Madeira e por Portugal», acrescentou, numa alusão a Alberto João Jardim, também agora conhecido nos meios humorístico-políticos por «Madeirak».



SETÚBAL

Apresentação do programa eleitoral

O cabeça-de-lista do PS por Setúbal, Jorge Coelho, afirmou-se no dia 20 determinado a mudar a imagem do distrito e a lutar pelo «fim das bandeiras negras da fome e de um exército de insatisfeitos».

O cabeça-de-lista do PS falava a cerca de duas centenas de pessoas que assistiram numa unidade hoteleira de Setúbal, à cerimónia de apresentação do Programa Eleitoral e da Comissão de Honra do Partido Socialista para o Distrito de Setúbal. O camarada Jorge Coelho enumerou algumas das apostas dos socialistas para o distrito, como sejam os investimentos previstos para os portos de Sines e Setúbal, a recuperação das zonas ribeirinhas de Setúbal e da Costa da Caparica, o projecto turístico da Sonae para a península de Tróia, a ligação ferroviária entre as duas margens do Tejo e a melhoria do serviço prestado pelos caminhos de ferro na península de Setúbal.

Anunciou também para muito breve a decisão de um grupo norte-americano para a instalação em Portugal, eventualmente no distrito de Setúbal, de um Parque Temático, com um investimento global de cerca de 30 milhões de contos no distrito.



Combate ao desemprego

O combate ao desemprego no distrito de Setúbal e a captação de novos investimentos para a região, foram, mais uma vez, referidos como dois objectivos estratégicos para o distrito.

Jorge Coelho advertiu, no entanto, que «parece haver pessoas incomodadas com a diminuição do número de desempregados, talvez porque lhes convém manter um exército de insatisfeitos, que muitas vezes é arregimentado sem saber muito bem para quê». Satisfeito com o apoio de diversos sectores da sociedade civil, e mesmo de algumas personalidades que estão, ou já estiveram, ligadas a estruturas de outros partidos políticos, o candidato do PS pediu o empenhamento de todos no trabalho necessário para o desenvolvimento do distrito.

Jorge Coelho salientou que «esse apoio significa uma responsabilidade ainda maior», e traçou os seus objectivos para a tarefa de modernização e melhoria das condições de vida da população do distrito: «O que nos move é fazer, melhorar e transformar», afirmou o cabeça-de-lista do PS por Setúbal, indo assim ao encontro das palavras proferidas pouco antes pelo general Lemos Ferreira, que falou em nome dos setubalenses que integram a Comissão de Honra de Jorge Coelho.

Lemos Ferreira congratulou-se com a aceitação pelo PS de um Pacto de Legislação de natureza económico-social para os próximos quatro anos, e afirmou que «Jorge Coelho é o homem para a missão».

O antigo chefe do Estado Maior General das Forças Armadas referiu-se ao dirigente socialista e ministro da Administração Interna como «um político que actuará por obras e realizações que dispensarão as palavras, atitude e conduta menos típica na classe Política em geral».

VILA REAL

Sócrates critica Durão

O camarada José Sócrates disse no dia 12 que a proposta de adiamento das eleições proposta por Durão Barroso não passa de um «grande desespero», porque aquilo que se está a fazer por Timor «nada tem a ver com as eleições».

Para aquele membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista, «o que os partidos devem fazer é ter alguma moderação no sentido de conduzir as suas campanhas por forma a preservar este consenso à volta de Timor».

«Isso nada tem a ver com as eleições», acrescentou.

«Espero que apesar desse desespero ele mantenha a contenção dos nervos por forma a não fazer mais asneiras», afirmou.

José Sócrates recordou a Durão Barroso que «não é a Indonésia que marca as eleições, nem quem comanda os ritmos da democracia em Portugal».

José Sócrates, que falava aos jornalistas no final da apresentação pública dos candidatos socialistas pelo distrito de Vila Real, considerou ainda «indignas» as últimas declarações que o presidente do PSD produziu quando criticou a actuação do Governo português no caso de Timor.

Para o dirigente socialista, a prova de que Durão Barroso «estava enganado» é que 24 horas depois de ter feito essas críticas «está dada a confissão de derrota da Indonésia e a vitória da diplomacia portuguesa».

O camarada José Sócrates referiu que «o momento continua a ser de apreensão mas a verdade é que a diplomacia portuguesa obteve numa semana uma vitória muito significativa ao convencer toda a comunidade internacional, o que obrigou a Indonésia a aceitar uma força de paz no território timorense».

TIMOR LOROSAE

Mário Soares



BREVE REFLEXÃO SOBRE A TRAGÉDIA DE TIMOR

1. A tragédia que está a viver Timor enche, naturalmente, os nossos corações de inquietude e de revolta. Como é possível?! A brutalidade programada dos assassinatos, dos actos de violência, dos incêndios provocados e das intimidações, que nem sequer pouparam os observadores da UNAMET ou os correspondentes estrangeiros, poderá seguir-se o genocídio do povo timorense. É o que urge, antes de mais, evitar. Não seria, de resto, a primeira vez que tal sucederia, desde que Suharto iniciou na Indonésia o seu regime de terror. Os mais de 250 mil mortos timorenses, nos anos de terror e de opressão indonésios, estão presentes nas memórias dos que permanecem vivos. É um pesadelo que os acompanha e que, como se compreende, não podem afastar nestes momentos tão dolorosos.

2. A manifesta cumplicidade que se exibiu, impune, nas ruas de Díli entre as milícias armadas, actuando à solta, e as forças militares e de polícia da Indonésia, que deveriam ter por missão salvaguardar a ordem e a segurança das pessoas e dos bens, pressupõe a existência de um plano preexistente que entrou em funcionamento imediatamente a seguir ao acto simbólico e solene do anúncio, feito pelo secretário-geral das Nações Unidas, dos históricos resultados do referendo. A alegria do povo timorense foi, contudo, breve, bem como a nossa.

Nada, porém, pode invalidar aquilo que se passou e que representa o virar, irreversível, de uma página da história de Timor. O civismo excepcionalíssimo de um povo que, livre e ordeiramente, quis afirmar, no acto do referendo para que foi convocado, sob o alto patrocínio das Nações Unidas e perante observadores qualificados do mundo inteiro, a sua vontade de independência, por forma inequívoca, 78,5 por cento do eleitorado!

Esta vontade, tão claramente demonstrada, representa o momento exacto – e exemplar – de nascimento de uma nação. Ninguém o pode ignorar ou apagar. É indelével. Contra ele, na sua expressão simbólica, em si própria inatacável, nada pode a força bruta das milícias e dos exércitos indonésios ou as violências ulteriores, por maiores que sejam.

Daí a importância transcendente de se ter realizado o referendo e a serenidade luminosa das palavras proferidas, a esse propósito, por Xanana Gusmão, um líder de excepcional dimensão humana e política que se está a impor, num percurso em tantos aspectos semelhante ao de Nelson Mandela, à consciência mundial.

3. Tem razão, a meu ver, o chefe da delegação dos observadores portugueses, Júlio Pereira Gomes, quando, ao falar do clima de terror reinante em Timor, salienta que «não houve ainda uma chacina generalizada». É uma observação realista que nos permite alguma esperança e deve orientar aqueles que, legitimamente, querem manifestar, por todas as formas, a sua solidariedade com o povo de Timor.

Será que a Indonésia não quer ou não pode assegurar a ordem em Timor Lorosae? É óbvio que o processo democrático em curso na Indonésia será irremediavelmente posto em causa se o Governo de Habibie não honrar os compromissos assumidos, relativamente a Timor, perante a comunidade internacional. Madeleine Albright, em nome dos Estados Unidos, disse com meridiana clareza: «A Indonésia só tem duas opções: ou põe fim à violência, controlando a situação, ou pede assistência internacional.» Perguntar-se-á: e se não fizer nem uma nem outra coisa? Ora, esta hipótese é talvez a mais provável, dada as contradições e debilidades evidentes da situação política indonésia. Como esta hipótese, que imediatamente nos surge, parece não ter ocorrido ao espírito da senhora Albright, é

legítimo pensar que ela sabe terem os Estados Unidos o poder de persuasão suficiente para convencer os indonésios. Estes, é verdade, não podem viver à margem da comunidade internacional e têm necessidade, como o pão para a boca, de levar a bom termo as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial.

Inclino-me assim a pensar que as pressões diplomáticas de toda a ordem sobre a Indonésia não estão esgotadas e que devem continuar a desenvolver-se. A nível dos Estados Unidos, da ONU, da União Europeia, do Vaticano, da Rússia, da China e, sobretudo, das organizações não governamentais e da opinião pública mundial. Nada disso, aliás, é incompatível com a insistência na preparação e no envio para o território de um corpo de manutenção da paz, sob patrocínio das Nações Unidas. É indispensável e urgente. Sei que o problema é delicado. Consiste em saber se uma tal iniciativa deve ter lugar a convite ou pelo menos com autorização do Governo indonésio – ou independentemente da vontade dos indonésios.

Não devemos esquecer que a Indonésia é um grande país do Terceiro Mundo e continua a ser uma das chaves para a estabilização política e militar de toda a região. O Governo australiano, que endureceu a sua posição relativamente à Indonésia, depois dos ataques feitos, e considerados «completamente inaceitáveis», aos seus representantes em Díli, não deixou de ponderar que uma intervenção militar unilateral suscita enormes dificuldades. É evidente. Devemos saber compreender essas dificuldades, que são reais, e não alienar o vasto campo daqueles que querem ajudar seriamente Timor Leste mas não vêem ainda motivos para sair de posições de relativa moderação.

4. Esta é a posição sensata que tem tomado, nas Nações Unidas Ramos-Horta, que

se está a revelar um fino e experimentado diplomata. É a posição, igualmente, de Xanana Gusmão, que, inteligentemente, na hora tardia da libertação, para «inglês ver», se acolheu à sombra da embaixada britânica em Jacarta... não sem antes recomendar calma e domínio de si próprios – apesar das provocações – aos guerrilheiros da resistência que se encontram nas montanhas. Sabe do que fala e porque o faz. Deve, por isso, ser ouvido por todos nós. Também o Governo português – por intermédio, sobretudo, do primeiro-ministro e do ministro dos Negócios Estrangeiros – não se tem poupado a esforços e agido com enorme determinação e inteligência, pressionando em todas as direcções e preparando o futuro, para todas as eventualidades, bem como o senhor Presidente da República, que encontrou sempre as palavras justas para falar aos timorenses, aos portugueses e à comunidade internacional, definindo com toda a clareza as posições portuguesas e a nossa indefectível solidariedade para com o povo de Timor. Esta é, para nós, verdadeiramente, uma causa nacional.

5. Conclusão. A esperança não está perdida. Longe disso. Apesar de todos os sofrimentos – e daqueles que ainda virão –, o povo de Timor Lorosae tem hoje o respeito e a activa solidariedade do mundo. O movimento de opinião pública mundial que se formou em defesa de Timor vai ampliar-se e consolidar-se. Veja-se toda a informação sobre o tema que nos é facultada diariamente na Internet. É impressionante! Tudo isso vai produzir os seus frutos, inevitavelmente. A força bruta nada pode contra a consciência dos povos. Continuemos o nosso trabalho, perseverantemente, e tenhamos confiança. Os timorenses não estão sós nem, muito menos, abandonados. O nosso compromisso com a sua causa é total.

In «Público», 10 de Setembro

TIMOR LOROSAE

Carlos Carranca*

ELES SABEM O QUE FAZEM



Não é mais possível calar esta revolta e a frustração de quem grita e não é ouvido, de quem sabe que, por mais que grite, não será ouvido. Não é mais possível acreditar na superioridade moral das Nações Unidas nem no seu Conselho de Segurança que, silenciosamente, deixa morrer quem grita por socorro, que faz orelhas moucas aos apelos que, de todo o mundo, nos têm

enchido os olhos e os ouvidos. Não é mais possível deixar de ver, «claramente visto» que, como bem afirmou Sá Machado ao DN de 9 de Setembro «...ali (na ONU) vigoram apenas os interesses, as clientelas ou a ideologia dos membros do Conselho de Segurança...» Não é mais possível acreditar numa União Europeia, incapaz de ser capaz, castrada nos seus propósitos, pífia nos seus valores, ridícula no seu poder.

Não é mais possível acreditar no milénio que está para vir, quando estamos à beira da indignação moral, sem força para, num acto de carácter, de dignidade/humanidade ofendida, sermos capazes de modificar este estado de coisas. Não é mais possível acreditar em nós, se negarmos aos outros a possibilidade de serem eles próprios, enquanto as Nações Unidas observam, como espectadores insensíveis, o trágico espectáculo de um

povo, um pequeno grande povo (pela sua coragem e fé no futuro), a ser massacrado, banido da sua terra, só porque ousou ser livre, livre à sua maneira. É a nossa civilização que está em causa. Caminhamos, irremediavelmente, para o fim. Não há perdão para tanta hipocrisia. Eles sabem o que fazem!

*Presidente da Sociedade da Língua Portuguesa

PROGRAMA ELEITORAL DO PSD **Oscar Gaspar**

ESTRANHA FORMA DE VIDA

Há quatro anos estava ao rubro uma disputa eleitoral e a comunicação social apresentava de forma recorrente uma questão. Estando provado que o Partido Socialista tinha um líder seguro, com uma prestação pública ao (bom) nível da fluência do seu discurso, restava uma última questão que poderia pôr em causa a credibilidade do projecto eleitoral do PS. Os homens do PSD bem tentaram, então, bloquear a dinâmica de vitória socialista com a insinuação de que o camarada Guterres nem seria mau mas, lamentavelmente, não teria equipa à altura. Avançaram-se inúmeros ministérios e, com raríssimas excepções, testou-se na opinião pública a hipótese de alguns dos homens que se destacaram na oposição ao cavaquismo não terem capacidade para assumir funções governativas.

Foi, como é sabido, uma estratégia que falhou e falhou não só pela qualidade intrínseca da alternativa socialista mas, essencialmente, pela lucidez dos portugueses. Passados quatro anos é curioso verificar que hoje não passa pela cabeça de ninguém questionar o líder do PSD pelas pessoas que o acompanham nesta sua via

sacra para as eleições. E é para todos evidente que, se não há curiosidade pública por esta questão, é porque ninguém acredita que o Dr. Durão Barroso tenha alguma, ainda que ínfima, possibilidade de ser chamado a formar governo.

De qualquer forma sempre seria útil conhecer a equipa pensante do actual PSD. É que a responsabilidade por tão desastrosa estratégia política não pode ser assacada a um só homem e sempre ficaríamos a saber a paternidade de alguns dos *outdoors* que foram semeados pelo país.

Uma das propostas mais curiosas do PSD é a que defende que se deve «Reformar a Segurança Social, utilizando para isso receitas provenientes das privatizações» (página 23 do documento do PSD). Pretende-se encetar assim não uma mas duas revoluções - na Segurança Social e nas privatizações - mas verdadeiramente tenta-se o abismo de estragar o que foi feito nos últimos anos na estruturação financeira da SS e na transparência dos processos de privatização.

O Dr. Durão Barroso não se eximiu a apresentar uma proposta que viola, de forma grosseira, a lei quadro das privatizações

(Lei nº 11/90, de 5 de Abril), inventando uma nova aplicação para as receitas das empresas que o Estado vier a vender. Acreditamos que nem se lembrou da recente cruzada do PSD a favor da ortodoxia na interpretação da referida lei que levou o partido, inclusivamente, à apresentação de um projecto de diploma ridículo no qual se estipulava que o Governo tinha que cumprir a lei! A ser posta em prática a proposta do Dr. Barroso, as reformas seriam pagas com a venda de património e as fingidas preocupações do PSD com a desorçamentação e o médio e longo prazo iriam pelo cano.

Este deslize tem uma gravidade agravada pelo facto de ter decorrido um processo parlamentar para rever a Lei de Bases da Segurança Social (LBSS) e o PSD nunca ter mencionado a intenção de rever a Lei-Quadro das Privatizações no sentido de reforçar financeiramente a Segurança Social. A proposta afigura-se-nos mal estudada, fácil de formular mas sem o enquadramento necessário para que possa ser tida como um contributo sério para a reforma da Segurança Social.

O que o Dr. Durão Barroso avança para a Segurança Social só pode ser compre-

endido na sequência da herança que o PSD deixou ao país. Durante os anos em que esteve no Governo, o PSD nunca se preocupou em cumprir a LBSS e os cálculos mais conservadores da dívida do Estado ao sistema entre 1985 e 1995 ascenderam a 1.206 milhões de contos. Mais, a crença que se pretendia passar para a opinião pública era que a Segurança Social estava falida e que os contribuintes teriam, eles próprios, que acautelar o seu futuro. Hoje o cenário é completamente diferente, temos uma análise profunda da situação da SS na sequência do respectivo Livro Branco, há mais apoios (Rendimento Mínimo Garantido, aumento selectivo das pensões e subsídios), menos gastos (despesas de administração, controlo das fraudes) e mais receitas (transferências do Orçamento e recuperação de dívidas em atraso), pelo que as perspectivas financeiras do sistema melhoraram significativamente.

Voltando ao início do artigo, é certo que a ninguém interessa saber qual a equipa do Dr. Durão Barroso mas, tendo em conta que o Sr tem pouca experiência de liderança, seria muito pedir que as propostas apresentadas fossem técnica e politicamente coerentes?

ECONOMIA

Iglésias Costal

AS ELITES EM PORTUGAL

Muito do desenvolvimento dos países passa pelas denominadas elites. Em Portugal, país bastante atrasado, mais concretamente no que concerne ao estado da distribuição da riqueza, as elites pouco têm ajudado a diminuir a diferença entre os que têm e os outros. Este estado de espírito, o de aproximar todos os portugueses, pode ajudar Portugal, se aqueles que decidem tiverem uma visão com mais solidariedade e globalizante.

No entanto, o que se vem observando é que cada vez mais as diferenças em Portugal estão a aumentar, duma maneira que diria abissal. Os relatórios internacionais confirmam. Já era altura de dissecarmos o problema e o resolvermos.

A disparidade de remunerações e rendimentos entre os de cima e os de «baixo» é pouco credível para um país que se quer harmonioso e integrado na Europa.

Se fizermos algumas comparações internacionais e nos detivermos a observar o porquê de países com alto grau de desenvolvimento terem leques salariais dos mais baixos do mundo, verificamos que muito desse comportamento passa pelas elites, que são responsáveis e sabem que é a única maneira dos países progredirem, em todo o seu conjunto. Ali há elites respon-

sáveis. Em Portugal as «elites» são irresponsáveis.

Coloco a seguinte questão: numa empresa os administradores auferem mensalmente milhares de contos os outros colaboradores umas dezenas de contos, a acrescentar todo um conjunto de mordomias (carros, viagens, cartões de crédito, lucros, pagamento de despesas particulares, etc). Assim começam as chamadas diferenças. Por vezes são empresas que não dão lucros, mal geridas, mas os seus gestores continuam a auferir de enormes vantagens perante os outros colaboradores.

No Estado, hoje auferem-se ordenados e regalias em determinadas funções que são abusivas do ponto de vista ético. As chamadas elites auto-aumentam-se escandalosamente.

Os empresários, além de auto-aumentarem-se, fogem de uma maneira leviana ao pagamento das suas obrigações fiscais. Gestores, dirigentes e empresários são o topo dos rendimentos. É aqui que devia estar o exemplo que em opinião de muita gente é péssimo. Esta casta de privilegiados relativamente ao país que no seu todo e com as suas gritantes diferenças sociais é terceiro-mundista. dez por cento de portugueses têm cerca de 50 por cento

da riqueza de Portugal. Com estes números estamos a caminhar do mau exemplo brasileiro no que concerne à distribuição da riqueza.

Se voltarmos às comparações internacionais com países como os escandinavos, Nova Zelândia, Áustria, estes comportamentos não se verificam. Curiosamente nestes países a corrupção quase não tem lugar. Ao contrário do que se passa em Portugal. Ou será, a ética no nosso país, palavra anormal?

Em Portugal há comportamentos desviantes e não é com políticas de diferenciação que Portugal alguma vez evoluirá para patamares de desenvolvimento harmonioso e auto-sustentado.

As «elites» têm em vista e exclusivamente o bem-estar material, déles.

A denominação elite é de um significado extremamente sério, ou seja, são um conjunto de pessoas, de bem, com preocupações concretamente definidas no campo da instigação, designios, ética e desenvolvimento dos povos. Este deve ser o princípio norteador das elites.

O comportamento das classes dirigentes em Portugal é assustador e gritante no que toca à diferenciação material. Infelizmente no imaterial, estão muito perto do analfabetismo funcional e de ignorância.

Curiosamente fala-se que a produtividade deve aumentar, mas à custa dos trabalhadores, pedindo-se mais sacrifícios. Ao contrário, as classes dirigentes exigem mais aumentos e ainda mais mordomias sem contrapartidas. Mas que país é este?

Durante os 25 anos de democracia tenho visto e ouvido muito poucos dirigentes a tentarem mudar este estado de aberrações.

Elites em Portugal não há! Existem sim, pseudo, para conseguirem mais e mais para eles e cada vez menos para os outros.

É altura de dizer chega.

Como é possível estarmos calados quando os empresários estão mais ricos à custa dos trabalhadores. Também os políticos recebem benesses que o comum do cidadão fica indignado, não se identificando com eles. Por isso a abstenção vem aumentando. Os gestores que só se saciam com milhares de contos por mês e em troca pouco ou nada produzem, a não ser reuniões que por vezes, são de nada.

Portugal com esta gente não evolui, muito menos com «elites» que só pensam nos seus ganhos pessoais em desfavor de uma população farta de viver mal, onde a diferenciação ao nível do social é deveras chocante e preocupante.





QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Ritmos tropicais em Albufeira

Este sábado, dia 25, não deixe de passar pela Galeria Municipal, onde, a partir das 21 horas ficará patente ao público uma mostra da pintora Kiki Lima.

Duas horas mais tarde poderá ir até ao Auditório Municipal e assistir a um espectáculo musical a cargo de Djurumani e os Afro-Lusos.

Ainda este fim-de-semana (sábado, 25 e domingo, 26) realiza-se a taça Concelhia de Futebol.

Os jogos, que decorrem nos estádios da Guia, ferreiras, Albufeira e Paderne, são disputados entre os escalões de iniciados e juvenis do Guia Futebol Clube, Futebol Clube de Ferreiras, Padermense Clube e Imortal Desportivo Clube.

Feiras na Amadora

O Parque Delfim Guimarães acolhe até ao dia 5 de Outubro, as feiras do Livro e do Artesanato da cidade.

Este ano, a XIX Feira do Livro da Amadora conta com 36 pavilhões, onde estarão representados 31 editoras/distribuidoras.

No mesmo espaço, realiza-se a XV Feira de Arte, Artesanato, Coleccionismo e Antiguidades, organizada pelo Centro Cultural Roque Gameiro com o apoio da Câmara Municipal e do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

A Feira tem 34 stands, onde se podem encontrar esculturas, velharias, cerâmicas, doces tradicionais e enchidos alentejanos, entre outros.

Durante as feiras, que se realizam no âmbito das Comemorações do XX Aniversário do Município da Amadora, haverá também animação cultural, com espectáculos de magia, palhaços, música, tardes infantis e uma noite de poesia.

Conferências em Braga

O Centro Cultural de Santo Adrião, a delegação de Braga da Cruz Vermelha e a Associação Olho Vivo inauguram, hoje, um ciclo de conferências intitulado «Contextos e Identidades Ciganas», um evento integrado na iniciativa «Setembro Cigano».

As conferências, que se prolongam até ao dia 30, abordarão questões como «Associativismo Cigano», «Habitat e Arquitectura», «Minorias Étnicas e Cidadania» e «Os Ciganos e a Escola».

Poesia em Coimbra

A Feira das Velharias, um evento promovido pela Câmara Municipal, realiza-se no domingo, dia 26, na Praça Velha.

No dia seguinte, segunda-feira, a poesia de Herberto Helder encherá o Café-Teatro, a partir das 22 horas, com as «Palavras que nos ficam da usura dos dias» declamadas por João Pedro Vaz.

Para terminar a semana, nos dias 28 e 29, a

«Coragem para Matar» chega ao palco do Teatro Académico de Gil Vicente, a partir das 21 e 45.

Trata-se de uma peça de Lars Nórén, com encenação de Paulo Castro, em que as interpretações estarão a cargo dos actores António Fonseca e Paulo Castro, bem como da actriz Susana Barbosa.

Piano em Fafe

Amanhã, às 21 e 45, no estúdio Fénix, prossegue a série «Música em Diálogo» com a actuação da pianista Maria do Céu Camposinhos, que executará obras de Álvaro Cassuto, Haydn, Liszt-Paganini e Lecuona.

O programa «Rotas do Cinema» chega ao Auditório da Casa Municipal da Cultura na última semana do mês.

Assim, no dia 27, exhibe-se «O Testamento do senhor Napumoceno», de Francisco Manso, e a curta-metragem «A fachada», de Júlio Alves.

Dois dias depois, na quarta-feira, é vez de assistir ao filme «Tentação», de Joaquim Leitão, bem como de uma curta-metragem de Júlio Alves, «O Despertador».

Todas as sessões decorrem a partir das 21 e 30.

Surrealismo em Famalicão

A Fundação Cupertino de Miranda inaugura, no dia 25, na sua sede, uma exposição dedicada à obra de António Dacosta, que incide no trabalho realizado pelo artista nos últimos anos.

Considerado um dos mais importantes artistas do século XX em Portugal, António Dacosta foi autor, desde o fim dos anos 30, de uma obra que marcou o Surrealismo português e que tem sido quase unanimemente aclamado pela crítica como a mais original feita nesses anos.

A exposição permanecerá aberta ao público até ao dia 30 de Outubro.

Curso em Faro

A Câmara farense promove, a partir de segunda-feira, dia 27 e até ao dia 1 de Outubro, um curso breve (dez horas) sobre «A Problemática do Livro e da Leitura», a ser ministrado pelo formador Eduardo de Freitas, no Auditório Municipal.

História em Guimarães

«Velvet Goldmine», de Todd Haynes, e «Happiness», de Todd Solondz, estarão em exibição, respectivamente, hoje e terça-feira, a partir das 21 e 30, no Auditório da Universidade do Minho.

Se for amante de história, então não perca a oportunidade de assistir, amanhã, entre as 9 e 12 e 30, das 14 às 18 e 30, e às 20 horas, ao XII Congresso Internacional da AHILA – Associação de Historiadores Latino-Americanistas.

O evento, que tem como tema genérico

«América Latina: Outro Ocidente – Debates do Final do Milénio», decorrerá no Paço dos Duques de Bragança.

Livro em Lisboa

A Sociedade de Língua Portuguesa, em colaboração com a Associação 25 de Abril e com a Universitária Editora, apresenta, hoje, às 19 horas, na sua sede, o livro de José Jorge Letria intitulado «Carta a Zeca Afonso». A sessão de lançamento desta obra estará a cargo de Luís Goes e Carlos Carranca, contando ainda com a participação de Carlos Alberto Moniz e do Grupo de Fado de Coimbra Porta Férra.

Amanhã esteiam nas salas de cinema alfacinhas as películas «A Carta», de Manoel de Oliveira; «O Predador – Resurrection», de Russell Mulcahy; e «Planos Ocultos», de Mike Barker.

No sábado, a Praça Sony, no Parque das Nações será palco para a apresentação da banda Blasted Mechanism.

Dois dias depois será a vez de ver e ouvir os Megadeth, no Coliseu dos Recreios, a partir das 21 horas.

Astros em Montemor-o-Velho

No domingo, dia 26, entre as 21 e a 1 hora da manhã, realiza-se, no Castelo, uma sessão de observação astronómica, destinada à população do concelho.

A referida sessão, integrada no programa «astronomia no Verão», do Ministério da Ciência e Tecnologia, beneficiará da orientação de astrónomos.

Artesanato e tapeçaria em Portimão

A XIII Exposição de Artesanato e Tapeçaria espera por si, até ao dia 3 de Outubro, no pavilhão junto à Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes.

Esta mostra poderá ser visitada diariamente, das 10 às 24 horas.

Flamenco em Vila Real de Santo António

O Quadro Falmenco – Dançarinos de Sevilha – darão, no Sábado, a partir das 21 e 30, no Centro Cultural António Aleixo, um espectáculo que promete ser de «dança flamenco genuína».

Ópera
Vénus & Adónis
 A Masque for the Entertainment of the King
 De John Blow (1648-1708)
 Versão de concerto com prólogo e três actos
 29 de Setembro, 21h30
 Pequeno Auditório
 Centro Cultural de Belém

SUGESTÃO

V SEMANA DE PERNAMBUCO

Dois concertos do grupo brasileiro Quinteto Violado constituem pontos altos da programação da V Semana de Pernambuco do Porto, que se inicia amanhã.

Com mais de três dezenas de discos gravados em 27 anos de carreira, o Quinteto Violado é um dos grupos que, no início dos anos 70, deram um novo rumo à Música Popular Brasileira, através da pesquisa efectuada pelos seus elementos, originários do Nordeste brasileiro, nos elementos musicais da cultura popular regional. Os espectáculos do Quinteto Violado realizam-se nos dias de abertura e encerramento (24 de Setembro e 1 de Outubro) da V Semana de Pernambuco no Porto, em palco a montar na pista de gelo do Shopping Cidade do Porto, sede do evento.

Além da música, o programa da iniciativa inclui uma série de palestras sobre os povos indígenas de Pernambuco, pelo historiador Edson Hely Silva, da Universidade Federal daquele estado brasileiro.

O evento inclui ainda exposições de fotografia de José Martins e Xirumba de Olinda, ambas sobre o quotidiano dos índios Xucuru, uma mostra de pintura de Roberto Correia dos Santos, pintor *naive* pernambucano, assim como trabalhos de artesanato de Rogério Itagiba, da tribo Xucuru, presente no local, e do mestre santeiro Vicente Silva.

POEMA DA SEMANA
 Selecção de Carlos Carranca

Em certo Reino, à esquina do Planeta,
 Onde nasceram meus Avós, meus Pais,
 Há quatro lustros, viu a luz um poeta
 Que melhor fora não ver jamais.

Mal despontava para a vida inquieta,
 Logo ao nascer, mataram-lhe os ideais,
 À falsa fé, numa traição abjecta,
 Como os bandidos nas estradas reais!

E, embora eu seja descendente, um ramo
 Dessa árvore de Heróis que, entre perigos
 E guerras, se esforçaram pelo Ideal:

Nada me importas, Pais! seja meu Amo
 O Carlos ou o Zé da T'resa... Amigos,
 Que desgraça nascer em Portugal!

António Nobre
 «Só»



TIMOR, ELEIÇÕES E EMPRESÁRIOS

A reconstrução da economia de Timor Lorosae é indissociável da necessidade de construir um Estado democrático moderno, no extremo oriente e com um vizinho como a Indonésia. À medida que começarão a aflorar potenciais clivagens políticas no interior do próprio CNRT, a definição e aplicação de uma estratégia económica clara para Timor passará pela articulação entre a utilização das capacidades endógenas, ou seja as potencialidades económicas locais e a organização do auxílio internacional que não faltará. O papel catalisador de uma figura como Xanana será certamente indispensável na fase de construção do Estado Democrático e da criação e desenvolvimento de uma economia nacional.

Na conjuntura eleitoral que vivemos em Portugal, afligem, pelo seu irrealismo e demagogia, as propostas de Durão Barroso. Oferecendo mais do que o Estado

poderá pagar, reduzindo uns e aumentando outros impostos com base nos mais injustos critérios, procura rebaixar o nível do debate político-económico para o tempo do «bacalhau a pataco». Esperava-se, depois da ignominiosa direcção de Marcelo, outra dignidade – Durão é a desilusão.

Não sabe com que cenários económicos trabalha, nem entende os efeitos sociais das propostas fiscais que apresenta, não calcula (ou não pede a quem saiba) o custo dos subsídios e apoios que promete. Onde haja hipóteses de votos, uma promessa, sabendo que não a pode cumprir ou até ignorando o que ela socialmente significa.

Num período pré-eleitoral, reaparece alguma agitação social promovida por conspícuos responsáveis que de dia são isentos e empenhados defensores do respectivo grupo social ou profissional e à noite são militantes controlados estre-

tamente pelas direcções de um ou outro partido da oposição.

Por outro lado, ao lado dos empresários que gerem as suas empresas e dos gestores profissionais que respondem perante accionistas, trabalhadores e comunidade reaparece um ou outro elemento que exhibe nestas ocasiões a sua frustração de não ter nenhum mandato electivo do povo e quer influenciar a opinião pública não a favor dos interesses dos seus associados, mas da sua matriz ideológica.

O estado de avanço da democracia portuguesa, apesar das suas insuficiências, fará certamente com que as caravanas passem, os eleitores votem e se forme uma nova Assembleia da República e um novo Governo correspondendo à vontade popular.

Certamente, o 2º Governo de António Guterres, preferivelmente, com uma maioria absolutamente inequívoca.

«A Marçal Grilo devem-se alguns progressos significativos. Em primeiro lugar, na importância concedida ao pré-escolar, onde tudo começa e onde não havia estratégia definida»

Daniel Sampaio
Notícias Magazine, 18 de Setembro

«Durão Barroso é um jovem, bastante imaturo, emocionalmente fraco»

Jorge Coelho
Euronotícias, 17 de Setembro

«Existe uma campanha concertada contra a RTP»

João Grego Esteves
Expresso, 18 de Setembro

«Como são mesquinhas as querelas típicas da pré-campanha comparadas com o que se passa lá, do outro lado do mundo»

Edite Estrela
Expresso, 18 de Setembro

«Que importam as declarações obscenas do dr. Jardim ou as notas desafinadas do dr. Barroso, se o povo português está a compor o mais belo hino de solidariedade humana?»

Idem, ibidem

«Timor Lorosae é uma realidade irreversível»

Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz